

Sumário

Número de notícias: 55 | Número de veículos: 52

PORTAL R7 - NACIONAL - PORTAL CORREIO
SEGURIDADE SOCIAL

Dia da Previdência Social: entenda novas regras para aposentadoria em 2024..... 5

PIONEIRO - CAXIAS DO SUL - RS - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentadoria não é prêmio (Artigo) 6

A TRIBUNA - ES - REPORTAGEM ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

Direitos em saúde, transporte e previdência..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Artigo: A aposentadoria na era digital..... 11

O ANTAGONISTA
ANFIP

Imposto de Renda 2024: saiba tudo sobre prazos, isenção e declaração!..... 13

BLOG FOLHA DO SERTÃO - PE - NOTÍCIAS
ANFIP

Imposto de Renda: Elevação da faixa de isenção para R\$ 2.824 livrará 2 milhões do tributo.
..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Altos e baixos na arrecadação..... 16

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação chega a R\$ 2,31 tri..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação vai a R\$ 2,3 tri e marca o 2º melhor resultado da história..... 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal recua 0,12% em 2023, mas é a 2ª melhor desde 1995..... 20

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo arrecada R\$ 2,31 trilhões em receitas federais..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal fecha 2023 estável em R\$ 2,3 tri..... 22

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo federal arrecada R\$ 2,31 tri em 2023..... 23

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nova isenção do Imposto de Renda..... 24

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo confirma isenção do IR para quem ganha 2 mínimos	26
DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA ANFIP	
Isenção do IR para até 2 mínimos sai neste mês	28
GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Lula confirma isenção no IR para quem ganha até 2 salários mínimos	30
JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL ANFIP	
Isenção do IR para quem ganha até dois mínimos sai neste mês	31
DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS ANFIP	
Isenção garantida	32
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Revisão da tabela será definida ainda este mês	33
JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - PAIS/MUNDO ANFIP	
Governo avalia isentar IR a quem ganha até dois salários mínimos	34
MEIO NORTE - TERESINA - PI - NACIONAL ANFIP	
Haddad garante isenção do IR para quem ganha até 2 mínimos	35
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Incentivos para portos são renovados	36
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL	
Custo de programa de incentivos a portos pode chegar a R\$ 5 bilhões	37
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Prorrogação do Reporto tem custo estimado de até R\$ 5 bilhões	39
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Incentivo a portos vai custar R\$ 5 bilhões até 2028, afirma ministro	40
O GLOBO - RJ - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
O que é a prebenda, que opõe governo e evangélicos	41
O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA SEGURIDADE SOCIAL	
Prebenda : saiba o que é a contribuição sobre salários de lideranças religiosas, que opõe o governo e evangélicos	43
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Mais de 50 mil vagas neste ano	45
CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Benefícios com correção já podem ser consultados	47

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentado já pode fazer consulta sobre aumento 48

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

INSS reduz o tempo de concessão de benefícios de 79 para 47 dias 49

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Extrato de benefícios do INSS com correção já pode ser consultado 50

AGÊNCIA BRASIL - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5 51

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

INSS atualiza a margem do benefício que pode ser usada em empréstimo consignado (inss)
..... 52

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projetos devem ser concluídos em até 60 dias 53

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo estuda gestão unificada de CBS e IBS 55

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

IR vai isentar até 2 mínimos, afirma Lula 57

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Presidente diz que veto a emendas vai ser explicado 58

O POPULAR - GO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Decisão ocorre até a próxima semana, diz Haddad 59

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária em foco (Artigo) 60

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Corte de emendas intensifica embate contínuo por controle do Orçamento 62

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após vetar trechos do Orçamento, Lula terá de negociar com o Congresso 64

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Corrida por influência na reforma tributária precisa ser qualificada 65

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projetos de regulamentação da reforma tributária devem sair em 60 dias 67

PORTAL UOL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impostos sobre a renda: o que deve mudar e quando? 69

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita estima que limite estabelecido para compensações tributárias afeta 495 empresas 70

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aneel prevê aumento de 5,6% na energia 72

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Conta de luz 5,6% mais cara 73

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Conta de energia vai subir acima da inflação este ano 74

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Conta de luz deve subir 5,6% neste ano, diz Aneel 76

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Conta de luz mais cara 77

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

"Não haverá aporte do Tesouro no BNDES", diz diretor 79

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Seguradoras veem cenário favorável em 2024 81

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Wall Street oscila com foco em balanços e projeções de lucro 83

Dia da Previdência Social: entenda novas regras para aposentadoria em 2024

Portal Correio

/
por

Portal Correio

Você sabia que as regras aprovadas pela Reforma da Previdência em 2019 causam efeitos ainda em 2024? São as chamadas regras de transição. Elas valem para quem já trabalhava antes de a reforma ser promulgada, em novembro de 2019, e contribuiu com o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). As contas que devem ser feitas para identificar quando o trabalhador vai se aposentar são atualizadas todos os anos, conforme a Reforma da Previdência.

A primeira possibilidade para a aposentadoria é o sistema de pontos. Para saber quantos pontos o trabalhador tem, é preciso somar a idade atual com o tempo de contribuição. De acordo com o advogado Edivanildo Nunes, esses números sobem a cada ano.

"Por essa regra de pontos, as mulheres seguradas do **INSS**, para se aposentarem em 2024, precisarão ter pelo menos 91 pontos, com no mínimo 30 anos de contribuição. Já os homens, por esta regra de pontos, precisarão ter, pelo menos, 101 pontos, com no mínimo 35 anos de contribuição", detalha o advogado.

Outra possibilidade de aposentadoria é pela idade mínima. De acordo com Edivanildo Nunes, essa regra é válida para quem não tem os pontos necessários para o encaixe na regra de pontos, mas, ainda assim, possui o tempo de contribuição necessário. A partir deste ano, a idade mínima para mulheres é de 58 anos e 6 meses, e para homens, 63 anos e 6 meses. Essas idades vão aumentando seis meses a cada ano, devendo chegar a 62 anos para mulheres em 2031 e 65 anos para homens em 2027.

Para saber, no entanto, qual a melhor opção de aposentadoria, é preciso fazer bem os cálculos e procurar a orientação correta.

"A reforma da previdência instituiu várias regras de transição e cada uma delas é levada em consideração um tempo de contribuição e/ou uma idade mínima necessária para a aposentadoria. No entanto, é preciso analisar caso a caso. Vão ter segurados que

vão conseguir se aposentar de forma mais vantajosa financeiramente por uma regra específica, enquanto que outros terão direito a outra regra específica. O ideal é que, caso o segurado possua alguma dúvida, procure algum advogado da sua confiança para melhor orientá-lo em qual regra específica de aposentadoria ele se enquadra", enfatiza o advogado Edivanildo Nunes.

Receba todas as notícias do Portal Correio no WhatsApp

O post Dia da **Previdência Social**: entenda novas regras para aposentadoria em 2024 apareceu primeiro em Portal Correio - Notícias da Paraíba e do Brasil .

Site: <http://noticias.r7.com/cidades/portal-correio/dia-da-previdencia-social-entenda-novas-regras-para-aposentadoria-em-2024-24012024>

Aposentadoria não é prêmio (Artigo)

CLAUDIA DETÂNICO CALLONI *Diretora dos aposentados do Sindiserv*

Dia 24 de janeiro é comemorado como Dia Nacional dos Aposentados, instituído pela Lei nº 6.926, de 30 de julho de 1981. O Dia Nacional do Aposentado faz alusão à chamada Lei Eloy Chaves (Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923), considerada a origem da **Previdência Social**.

A aposentadoria não é um prêmio. É uma necessidade resultante de anos de trabalho e dedicação e é, acima de tudo, um direito social que foi conquistado pela luta permanente dos trabalhadores. Deve ser considerada como um processo que faz parte da vida do mundo do trabalho, pois deve ser planejada ao longo da vida profissional, sem perder de vista que está ligada ao contexto geral da sociedade. Alguns estudos apontam que o momento certo de começara planejara aposentadoria é aos 45 anos.

O Censo de 2022 confirma tendência de envelhecimento da população, com a parcela de pessoas de 65 anos ou mais crescendo 57,4% desde 2010 - Fonte SETI-AEN/PR, sendo que as regiões Sudeste e Sul apresentam estruturas com as maiores proporções de pessoas com 65 anos e mais (12,2% e 12,1%, respectivamente). O país tem 30,7 milhões de pessoas com alguma renda de aposentadoria ou pensão, 19% a mais do que no Censo anterior, como mostram os dados do IBGE. Nesse contexto de um país que está envelhecendo, como os aposentados se sentem?

A aposentadoria é uma fase da vida em que precisamos ter equilíbrio financeiro e emocional, apontam algumas pesquisas. Os aposentados vivem a dura realidade de ver seus benefícios previdenciários sendo deteriorados, enquanto o custo de vida aumenta.

Para um grande número de aposentados existe uma sensação de marginalização e esquecimento, o que gera sentimentos de frustração, impotência e insegurança.

Depois de uma vida inteira de contribuição, nossos benefícios progressivamente são pouco a pouco retirados no momento em que mais precisamos, pois entre outras coisas, os problemas de saúde se acentuam com a idade e os gastos aumentam.

Numa sociedade produtivista e em uma cidade que se

intitula "da fé e do trabalho", quem está sem vínculo laboral, inclusive depois de aposentado, encontra muitas incertezas e inquietações. Mais do que comemorar, esse dia nos remete a refletir como a sociedade nos trata e nos percebe. Que futuro teremos? Que futuro queremos? Como está nosso equilíbrio financeiro e emocional?

Cabe a nós, aposentados, ao lembrarmos nossa trajetória profissional e pessoal, servirmos de exemplo a todos que nos sucedem e estarmos alertas para as mudanças que nos afetam de forma prejudicial e conscientes de que só seremos percebidos e valorizados através de nossa participação ativa e coletiva, na pressão social e no voto consciente.

fotos de leitores e artigos com 2,1 mil caracteres devem ser enviados para o email leitor@pioneiro.com, com nome completo, profissão, endereço, telefone e CPF do autor. As fotos também podem ser postadas no Instagram com a #doleitorpio. Os textos estão sujeitos a edição.

Site: <https://flippioneiro.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/pio/>

Direitos em saúde, transporte e previdência

Hoje é comemorado o Dia Nacional dos Aposentados, mas muitos admitem que não conhecem os seus direitos, que incluem manutenção do plano de saúde após se aposentar, descontos em ingressos e eventos culturais, prioridade na restituição do Imposto de Renda, entre outros benefícios.

Sandro Americano Câmara, advogado especialista em Direito Público, salienta que o Estatuto do Idoso dá tratamento privilegiado em diversas situações, de forma ampla, quanto ao direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

"Inclusive, o Estatuto traz a figura do 'superidoso', que são os indivíduos com idade acima dos 80 anos e que gozam, por força de lei, de 'prioridade especial' em relação às demais pessoas idosas".

Mas, como ele observa, quando se fala em 'aposentado', há que incluir pessoas que não são necessariamente idosos. É o caso da aposentadoria por invalidez, que beneficia pessoas acometidas por doenças incapacitantes e irreversíveis perante a **Previdência Social**.

"O benefício garante a essas pessoas o recebimento de renda mensal diante da impossibilidade para o trabalho, visando a reduzir o dano social causado pela incapacidade laboral", destacou.

Entre os direitos, presidente da Comissão das Pessoas Idosas da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Espírito Santo (OAB-ES), Juliana Pimentel Miranda dos Santos, destacou que pessoas com 65 anos ou mais e que vivem em miserabilidade têm direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

"Ele recebe o valor mensal de um salário mínimo (R\$ 1.412). A pessoa idosa precisa comprovar a miserabilidade do grupo familiar, ou seja, cada membro do grupo familiar precisa usufruir do valor até um quarto do salário mínimo e ser inscrito no CadÚnico".

Aos 68 anos, o vendedor aposentado Valdenir José Vieira, sabe de alguns direitos. "Temos direito a estacionamento, passagem gratuita em ônibus, descontos em remédios. Isso ajuda a economizar. Apesar de ser aposentado, eu ainda trabalho para complementar a renda".

"Infelizmente, não temos muito a que comemorar. Somos desvalorizados, abandonados e sofremos com a falta de informações sobre os nossos direitos. As únicas pessoas que não esquecem dos aposentados, são as financeiras, com os seus assédios incessantes".

A declaração é do coordenador geral do Sindicato Nacional dos Aposentados no Espírito Santo, Janio Araújo. Ele diz que os idosos convivem com o que ele descreve como um pesadelo, com enxurradas de ligações de instituições que tentam convencê-los a fazer os empréstimos. Há casos de mais de 20 ligações por dia.

Denize Izaita, advogada especialista em Direito do Consumidor, alerta sobre o problema. "É importante lembrar que o Código de Defesa do Consumidor, em recente alteração teve incluído do tratamento ao superendividamento que traz regras claras e proibitivas por exemplo ao assédio de consumo na oferta de empréstimos.

Entre as novas regras, ela cita a determinação de que os consumidores terão o prazo máximo de cinco anos para pagar suas dívidas.

Plano de saúde **MANUTENÇÃO A LEI** prevê a manutenção do plano de saúde após a aposentadoria, mas existem alguns pontos a serem observados. Por exemplo, os aposentados que contribuíram por mais de 10 anos podem manter o plano pelo tempo que desejarem, desde que paguem integralmente a mensalidade.

REAJUSTE É VEDADA a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

DESTA FORMA, como explica a advogada especialista em Direito do Consumidor, Denize Izaita, não é legal admitir a prática discriminatória das operadoras de plano de saúde em detrimento das pessoas idosas, no que concerne aumentar a mensalidade do plano de saúde, em razão da alteração da faixa etária após 60 anos.

"**NÃO É INCOMUM** encontrar reajustes que chegam a 100%, resultando em abusividade, e sendo passíveis de suspensão".

TRATAMENTOS ALÉM DISSO, Denize Izaita enfatiza

que o idoso terá direito ao tratamento que lhe foi orientado, e ainda às medicações de uso prolongado, ou de alto custo em conformidade a listagem de doenças dispostas nas Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), das quais ela destacou as medicações necessárias ao tratamento do câncer e demais neoplasias.

Passagens de ônibus NO SISTEMA TRANSCOL, pessoas com 65 anos de idade ou mais têm direito a Cartão Passe Livre, independente da faixa de renda. No caso das passagens intermunicipais, informações podem ser obtidas no site <https://ceturb.es.gov.br/duvidas-mais-frequentes-gratuidades-sitrip>.

JÁ NO CASO de viagens interestaduais, pessoas com mais de 60 anos e renda inferior a dois salários mínimos têm direito a gratuidade (dois assentos por veículo). Caso os assentos estiverem ocupados, o idoso terá direito ao desconto mínimo de 50% do valor da passagem. É preciso comprar com antecedência.

Passagem aérea 0 PROGRAMA VOA BRASIL, de barateamento de passagens aéreas, deve estar disponível na primeira quinzena de fevereiro. A iniciativa terá passagens por até R\$ 200 e deve alcançar, de início, aposentados do **INSS** que não viajaram de avião nos últimos 12 meses.

EM UM PRIMEIRO MOMENTO, o Voa Brasil atenderá aposentados que ganham até dois salários mínimos.

Isenção do IR HOJE. AS NORMAS preveem a possibilidade de exclusão da tributação do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), porém há algumas condições para que aposentados possam se enquadrar e deixar de pagar o imposto. No Estado, a estimativa é que pelo menos 5 mil teriam direito à isenção.

A PRIMEIRA é o valor do rendimento, ou seja, recebimentos de até R\$ 2.112 por mês não sofrem a incidência do imposto: porém, o valor que exceder esse teto deverá ser tributado normalmente pela tabela progressiva do IRPF.

ALÉM DISSO, idosos ainda têm prioridade na fila de restituição do Imposto de Renda.

Descontos em ingressos IDOSOS TÊM descontos em ingressos para eventos culturais e de entretenimento, da mesma forma que os estudantes.

Saque do FGTS 0 APOSENTADO que continua trabalhando tem direito a sacar, mensalmente, o FGTS, sem perder direito à multa de 40% na demissão.

SE ELE FOR aposentado por invalidez e tiver um financiamento habitacional é importante averiguar, ainda, o contrato de financiamento, pois alguns preveem quitação nessa situação.

Isenção do IPTU ALGUNS MUNICÍPIOS concedem isenção ou desconto no IPTU. Nesse caso, é preciso verificar a legislação de cada local.

Fonte: especialistas consultados.

Quem tem IU mais de 60 anos tem prioridade na restituição do imposto de renda

Maria Regina Couto Uliana, advogada

VALDENIR: complemento da renda

Os pedidos de correções de possíveis erros ou distorções nos cálculos da aposentadoria ou ainda pedidos de inclusão de períodos e trabalhos que não foram considerados também estão entre os direitos de quem já recebe o benefício da previdência.

Algumas revisões permitem aumentar valores recebidos, mas especialistas destacam a necessidade de ficar atento para cada tipo de revisão e quem pode se beneficiar.

Um dos pontos a serem considerados é o prazo limite para entrar com o pedido. São dez anos a partir da concessão do benefício. Dessa forma, em 2024 vence o prazo para segurados que se aposentaram em 2014.

A decadência vale tanto para as revisões solicitadas no **INSS** quanto para as pedidas na Justiça.

A advogada, especialista em Direito Previdenciário e presidente da Comissão das Pessoas Idosas da OAB-ES, Juliana Pimentel Miranda dos Santos, destacou que a chamada Revisão da Vida Toda está direcionada para segurados do **INSS** que fizeram contribuições antes de julho de 1994, geralmente de valores altos, e não tiveram essas contribuições consideradas para o cálculo do benefício.

A advogada previdenciarista, membro da diretoria científica do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) e coordenadora adjunta do IBDP no Espírito Santo, Maria Regina Couto Uliana, frisou que entre as revisões que podem ser requeridas estão ainda a verificação em razão de Reclamação Trabalhista, que pode ter alterado o salário de contribuição do segurada "Temos também a revisão de Atividades Concomitantes, voltadas para casos em que o segurado tinha vínculos concomitantes. Nesse caso, o **INSS** efetuava um cálculo que prejudicava o

beneficiário. A partir de 2019, o **INSS** alterou a forma de cálculo e a partir de então, passou a calcular corretamente o benefício".

A coordenadora-adjunta do IBDP Renata Prado Almeida pontuou que as revisões de benefícios podem ser pedidas de forma administrativa ou judicial.

"Isso vai depender do tipo de revisão. Caso seja alguma revisão em virtude de situação não observada ou aceita pelo **INSS**, não vale a pena recorrer administrativamente. Mas, revisões de fato - atividade especial, rural - pode ser de forma administrativa. A estratégia depende do tipo de revisão e, por isso, é necessário avaliar cada caso".

JULIANA disse que a Revisão da Vida Toda é direcionada a segurados que fizeram contribuições antes de julho de 1994

Ele venceu na Justiça

Entre os aposentados que buscaram a Justiça para pedir a revisão da aposentadoria foi o comandante Carlos Eduardo de Araújo Vintena, de 81 anos.

Piloto de helicóptero por mais de 30 anos do governo do Estado, ao se aposentar ele não teve as horas de voo. que faziam parte da sua remuneração. consideradas para o cálculo da aposentadoria.

Isso fez com que o valor da aposentadoria caísse a patamares mais de seis vezes menor.

A justiça já concedeu a revisão a Vintena, que ainda aguarda receber os valores.

"Por toda a minha história de trabalho. não tinha como desconsiderarem algo que sempre fez parte da minha remuneração. A Justiça entendeu isso".

Erro de cálculo AO DEIXAR de contabilizar algum período de trabalho ou considerar um valor menor de salário, o **INSS** calcula a aposentadoria ou pensão com erro, e o segurado ganha menos do que deveria.

O APOSENTADO pode pedir a revisão para incluir esses períodos que ficaram fora ou que foram contabilizados errados pelo **INSS**.

SE UM TEMPO de contribuição ficou fora, também pode ser incluído, o que aumenta o total de anos pagos à Previdência e, geralmente, o benefício.

Incluir ações trabalhistas SEGURADOS que ganharam ação trabalhista com reconhecimento de vínculos ou verbas salariais não pagas pelo empregador e que se aposentaram sem que estes períodos e valores

tivessem sido contabilizados podem pedir revisão de aposentadoria para incluir a decisão judicial.

TANTO O TEMPO de contribuição com o reconhecimento de vínculo ou valor maior dos salários podem alterar a média do cálculo, aumentando o benefício.

Direito antes da reforma O TRABALHADOR que já tinha cumprido os requisitos mínimos antes da reforma da Previdência, que passou a valer em novembro de 2019. pode pedir revisão, caso seu benefício tenha sido calculado com as regras posteriores e menos vantajosas.

Inclusão de tempo especial QUEM TRABALHOU em atividade considerada especial, em condições nocivas à saúde ou à integridade física até 13 de novembro de 2019, data em que a reforma da Previdência entrou em vigor, tem direito de converter o tempo especial em comum e aumentar o total de anos para a aposentadoria.

Tempo de serviço público e da carreira militar TRABALHADORES que atuaram na iniciativa privada e se aposentaram mas, antes, trabalharam por algum tempo no serviço público ou serviram nas Forças Armadas podem pedir para que o cálculo do seu benefício considere o tempo de serviço militar ou de serviço público, desde que ele não tenha usado o período para se aposentar pelo regime próprio (aposentadoria de servidor).

NO CASO DO TRABALHO como servidor público, é necessário fazer a conversão do tempo de contribuição, levando a CTC (Certidão de Tempo de Contribuição) ao **INSS**.

Trabalho no campo O APOSENTADO que provar a atuação em atividade rural até 1991, mesmo com menos de 12 anos de idade na época, pode pedir que o período seja contado como tempo de contribuição. sem precisar pagar as contribuições.

OS PERÍODOS posteriores a outubro de 1991 também podem ser computados, mas nesse caso o segurado precisa indenizar o **INSS**.

Atividades concomitantes É UM DIREITO para os aposentados que exerceram mais de uma atividade de forma simultânea.

APÓS JUNHO DE 2019. o **INSS** ao elaborar o cálculo do benefício soma os salários de contribuição, mas se o segurado tiver contribuído antes de 2019 de maneira concomitante deve analisar a possibilidade de revisão.

Revisão da Vida Toda QUEM TRABALHAVA antes de

o Plano Real entrarem vigore contribuiu à **Previdência Social** antes de julho de 1994, pode ter a chance de aumentar a renda previdenciária.

A CORREÇÃO foi aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em dezembro de 2022, mas segue sendo debatida no órgão, que julga os embargos de declaração, e o processo não chegou totalmente ao fim.

PARA O SEGURADO ter direito, além de a concessão do benefício ter ocorrido nos últimos dez anos. precisa ter sido com base nas regras da lei 9.876, de 1999, que passou a definir o cálculo da aposentadoria com os salários após julho de 1994.

A REVISÃO não sairá no **INSS**, apenas na Justiça e somente depois que o STF julgar que o direito existe. O julgamento está marcado para ser retomado em 10 de fevereiro, mas não há prazo para ser concluído.

Fonte: especialistas consultados e Folha Press.

Respeitar os aposentados também significa empreender mecanismos eficientes e dinâmicos de resolução de conflitos pelo **INSS**

Sandro Americano Câmara, advogado

Entre as revisões que mais fazemos requerimento judicial está a da Vida Toda

Renata Prado Almeida, advogada

José k» Carlos Rizk Filho. presidente da OAB-ES

"O papel do Poder Judiciário é crucial" "Percebo que muitos idosos e aposentados não estão plenamente cientes dos seus direitos. A legislação brasileira, especialmente o Estatuto do Idoso, oferece ampla proteção, mas ainda há uma lacuna no conhecimento desses direitos.

Além de benefícios conhecidos como isenção de IPTU em determinadas localidades e acesso gratuito ao transporte público a partir dos 60 anos, existem outras garantias importantes. Estas incluem a prioridade na restituição do Imposto de Renda, descontos em medicamentos pelo Programa Farmácia Popular e a preferência no atendimento e em processos judiciais.

O papel do poder judiciário é crucial na defesa desses direitos. Os tribunais têm sido fundamentais na garantia de tratamento justo e digno aos idosos, agilizando processos judiciais e administrativos que os envolvem. Essa postura reflete o compromisso do judiciário em proteger essa parcela da população.

É vital que os idosos, aposentados e suas famílias estejam bem informados e busquem ativamente seus direitos, contando com o apoio do sistema legal para assegurar a efetivação dessas proteções".

Artigo: A aposentadoria na era digital

Opinião

» Thais Maria Riedel de Resende Zuba, doutora em direito constitucional, mestre em direito previdenciário e presidente da Associação Confederativa Brasileira da Advocacia Previdenciária

Hoje, dia 24 de janeiro, comemoramos o Dia do Aposentado. É a data que celebra quem já dedicou parte da sua vida a trabalhar, contribuir com a construção de uma sociedade mais próspera e, agora, pode descansar. E como sabemos, no Brasil, o sistema é contributivo, regido pelo princípio da solidariedade e firmado em um pacto intergeracional (entre gerações). Enquanto uma geração trabalha, contribui para que outra usufrua da aposentadoria.

Esse sistema - que foi ampliado pela Constituição de 1988 e tem como objetivo proteger a sociedade contra os riscos sociais, como a doença, o acidente, a morte, o desemprego, a maternidade e a idade avançada - corre perigo de colapsar. Ocorre que o Sistema de **Seguridade Social** do Brasil, como em todos os países, é fruto de suas condições históricas, econômicas e culturais. Até a Constituição de 1988, não havia um sistema integrado que abordasse o assunto nas suas vertentes principais: assistência, previdência e saúde.

Foi a Constituição Federal de 1988 que estipulou a universalização do acesso à saúde, a assistência social aos necessitados e a previdência a todos que trabalham. Apontou, também, as fontes de financiamento, sendo que a maior parte vem da folha de pagamento, mas não só. Contribuem com o financiamento da previdência o faturamento e o lucro das empresas, a arrecadação dos jogos de apostas (concursos de prognósticos) e também as contribuições sociais sobre a importação, entre outros.

Na década de 1990, a América Latina foi atingida por diversas crises financeiras que desencadearam uma onda de recessão, obrigando os países a buscarem recursos em instituições internacionais que impuseram uma série de medidas neoliberais para oferecer socorro. Tais ações tornaram o acesso mais difícil e os benefícios, menores.

Somam-se a isso os avanços tecnológicos que vêm substituindo de maneira rápida trabalhadores por sistemas automatizados, sucessivas crises que têm gerado o aumento de desemprego, a ampliação do trabalho informal e a pejotização do trabalho. Essa

combinação desequilibra o sistema. Pesquisa recente apontou que apenas 52% dos brasileiros contribuem com o **INSS**, e os jovens são os que menos contribuem e são os mais expostos aos riscos.

A resposta governamental a esse estado de coisas ainda é muito aquém do que se precisa para solucionar o problema. O que temos visto é uma série de reformas da Previdência desde o início da década de 1990, feitas muito mais para resolver um problema financeiro do Estado do que realmente para manter o espírito trazido pela Constituição, que é proteger o cidadão contra os riscos sociais. Aprimorar a arrecadação e a gestão do orçamento da **Seguridade Social**, como também a fiscalização de ilícitos e desvios, é um caminho para prevenir as situações de risco no ambiente de trabalho. No lugar disso, temos reformas legislativas sendo feitas em partes, sem olhar o todo do sistema de **Seguridade Social**.

A última reforma constitucional da Previdência foi realizada há quatro anos e, até hoje, segue sem a regulamentação infraconstitucional devida. É reflexo de uma condição cultural brasileira de não dar a devida importância para um tema tão sensível quanto a aposentadoria.

A regulamentação e a sistematização de todas as normas, leis e princípios relativos à Previdência em um código previdenciário nacional resultariam em mais segurança jurídica e a possibilidade de trazer elementos científicos atuariais para a definição adequada de regras e cálculos de benefícios. Também evitariam que um contingente tão grande de pessoas, como temos hoje, fosse para a insegurança social. É necessário, ainda, estimular uma cultura previdente, em que tenhamos um sistema contributivo adequado para financiar uma justa aposentadoria a todas as pessoas que trabalham.

Que o Dia do Aposentado sirva de reflexão sobre a sociedade que queremos: uma ordem social capaz de efetivamente proteger as pessoas contra as situações de risco e garantir bem-estar à população na idade avançada ou um sistema desatualizado com os novos riscos globais, que protege cada vez menos e se torna cada vez mais dependente da assistência social?

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/opinia o/2024/01/6791561-artigo-a-aposentadoria-na-era-digital.html>

Imposto de Renda 2024: saiba tudo sobre prazos, isenção e declaração!

Redação O Antagonista

Ao clicar em "OK", você concorda com nossos Termos de Uso e Política de Privacidade .

A **Receita Federal** anunciou recentemente o período para a entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 2024.

Os contribuintes brasileiros deverão realizar a sua declaração entre os dias 15 de março e 31 de maio, terão portanto dois meses e meio para acertar as contas com o fisco.

É importante destacar que são obrigados a declarar aqueles que receberam rendimentos tributáveis superiores a R\$ 28.559,70 em 2023.

Este valor equivale a aproximadamente dois salários mínimos por mês.

O limite passará de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112,00.

Esta mudança permitirá que 13,7 milhões de cidadãos sejam isentos do tributo.

De acordo com Mauro Silva, presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil** (Unafisco Nacional), a atualização da tabela de isenção implicará que a faixa mínima seja para quem recebe até R\$ 2.112.

Por conta de um artifício da lei, indivíduos que têm renda de até R\$ 2.640 (dois mínimos em 2023) também estarão isentos.

O valor do desconto será de R\$ 528 sobre o imposto pago diretamente na fonte.

A declaração simplificada se aplica para os contribuintes que obtiveram rendimentos tributáveis superiores a R\$ 28.559,70 em 2023, além de outros critérios relacionados a rendimentos isentos, posses de bens, movimentações na bolsa de valores, entre outros.

Enquanto a versão simplificada aplica um desconto padrão de 20% sobre os rendimentos tributáveis, limitados a um valor determinado, a versão completa permite a detalhagem de todas as despesas

dedutíveis, como gastos com educação, saúde e previdência privada.

Além disso, a **Receita Federal** oferece a declaração pré-preenchida para os contribuintes que possuem uma conta no portal gov.br, nos níveis prata ou ouro.

Este modelo de declaração permite iniciar o preenchimento com vários campos já concluídos, economizando tempo e facilitando o processo.

Site: <https://oantagonista.com.br/brasil/imposto-de-renda-2024-saiba-tudo-sobre-prazos-isencao-e-declaracao/>

Imposto de Renda: Elevação da faixa de isenção para R\$ 2.824 livrará 2 milhões do tributo.

24/01/24

Agência O Globo

<http://blogfolhadosertao.com.br>

Em maio do ano passado, o governo havia aumentado a faixa de isenção do IR de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112. E estabeleceu um desconto de R\$ 528 por mês no valor tributável de todos os salários, de forma a subir a isenção para R\$ 2.640, equivalente a dois salários mínimos pelo valor de 2023.

Durante todo o ano de 2023, a soma do desconto com a faixa isenta de R\$ 2.112 garantiu a não tributação de quem ganhava até dois salários mínimos. Sem correção, quem ganha pouco menos de dois salários mínimos (no valor estabelecido para 2024) seria tributado.

O novo piso será de R\$ 1.412 a partir de fevereiro. A tabela do IR não tem ajuste automático e, portanto, não acompanhou esse aumento.

Impacto fiscal de R\$ 344 milhões

A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal (Unafisco) calcula que o ajuste vai evitar que mais 2 milhões de pessoas paguem IR neste ano. O custo para a União será de R\$ 344,8 milhões, de acordo com a entidade.

As contas da Unafisco partem do pressuposto que, caso a faixa de isenção não seja atualizada, o contribuinte que recebe dois salários mínimos - um contingente de 2 milhões de trabalhadores - teria de pagar R\$ 13,80 por mês (R\$ 165,60 por ano) de Imposto de Renda.

O valor corresponde à tributação de 7,5% (segunda faixa da tabela de IR, veja ao lado) sobre R\$ 184, que é a diferença entre R\$ 2.640 (faixa isenta no ano passado) e R\$ 2.824 (soma de dois salários mínimos em 2024).

Para evitar que esses 2 milhões de trabalhadores passem a pagar IR, o governo precisará elevar a faixa

de isenção, o que deve ser feito por medida provisória (MP) ainda neste mês. Como o imposto é retido na fonte de pagamento, o trabalhador sente a diferença de forma automática.

Veja abaixo a tabela do IR que está em vigor atualmente:

Promessa de campanha era isentar até R\$ 5 mil

Lula também reforçou ontem a promessa de campanha de isentar de Imposto de Renda salários até R\$ 5 mil. Mas ainda não há data estimada para estender a alíquota zero até esse valor.

- Tenho compromisso de chegar até o final do meu mandato isentando pessoas que ganham até R\$ 5 mil do IR - declarou.

Haddad busca compensação fiscal

Perguntado sobre o tema, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a revisão da isenção de Imposto de Renda para acomodar o novo salário mínimo será definida até o fim deste mês. No momento, a Fazenda estuda compensações para ampliar o benefício.

Ainda não foi divulgado pelo governo se o desconto automático de R\$ 528 sobre o salário será mantido. A Fazenda não pretende, porém, alterar as demais faixas do Imposto de Renda. Permanece, por exemplo, a alíquota de 27,5% para rendimentos acima de R\$ 4.664,68 ao mês.

Segundo o Sindicato dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco Nacional), hoje a defasagem da tabela do Imposto de Renda, acumulada desde 1996, está em 149,56%.

O que preocupa analistas é estender a isenção até R\$ 5 mil sem indicação de novas fontes de receita. A professora Bianca Xavier, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), lembra que o governo adotou uma série de medidas para aumentar a arrecadação, na tentativa de cumprir as metas do novo marco fiscal:

O ideal, complementa ela, seria que o governo aumentasse as receitas e mantivesse o mesmo nível de despesas ou reduzisse:

- Ampliar a isenção não me parece um problema, mas me parece uma sinalização ruim não ter um direcionamento de corte de gastos.

Falta 'escadinha melhor distribuída'

Para o advogado Roberto Duque Estrada, sócio do Brigagão, Duque Estrada Advogados, o governo deveria adotar medidas para redistribuir os **impostos** sobre a renda de forma mais justa, o que não considera um grande desafio para a Fazenda:

- É um absurdo não ter progressividade. É preciso ter uma escadinha melhor distribuída de tributação da renda entre as faixas. Basta fazer uma nova tabela.

Mozar Carvalho, advogado tributário e sócio no Machado de Carvalho Advocacia, acrescenta que o aumento na faixa de isenção poderia marcar o início de uma segunda etapa na **Reforma Tributária**.

No entanto, o governo deveria propor mudanças mais estruturais, como ajustes nas demais faixas de renda para assegurar equidade, revisão das alíquotas e possíveis mudanças nas deduções permitidas, para melhorar a progressividade do sistema.

Segunda correção após hiato de 8 anos

Antes de 2023, a última correção da tabela havia ocorrido em abril de 2015, no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Com as mudanças do ano passado, cerca de 13,7 milhões de brasileiros deixariam de pagar o imposto, segundo a estimativa da **Receita Federal** na época.

A redução de receitas foi estimada pela Fazenda, naquele momento, em R\$ 3,2 bilhões para 2023, R\$ 5,88 bilhões para 2024, e R\$ 6,27 bilhões em 2025.

Embora a medida anunciada por Lula acenda um alerta amarelo em relação ao cumprimento das metas fiscais, ela foi recebida como "dentro do esperado" pelo mercado. O Ibovespa encerrou com alta de 1,31%, a 128.262 pontos, e o dólar caiu 0,66%, a R\$ 4,9551.

-

Site: <https://blogfolhadoserdao.com.br/2024/01/imposto-de-renda-evacao-da-faixa-de-isencao-para-r-2-824-livrara-2-milhoes-do-tributo/>

Altos e baixos na arrecadação

» **RAPHAEL PATI ***

A **Receita Federal** divulgou ontem os dados referentes à arrecadação do governo federal durante o mês de dezembro e também nos 12 meses de 2023. A soma geral atingiu R\$ 2,357 trilhões no ano passado e registrou crescimento nominal de 4,49% na comparação com 2022. Mesmo assim, houve queda nos valores reais (descontados da **inflação** corrente), de 0,12%.

Na série histórica, o resultado reflete a primeira queda real na arrecadação federal anual desde 2020, ano marcado pelo início da pandemia da covid-19 a nível global. Além disso, o montante arrecadado é o segundo maior desde 1995, quando foi iniciada a série, e fica atrás somente do resultado do ano passado, quando os valores atingiram R\$ 2,36 trilhões.

Os avaliadores da Receita apontaram como fatores para os números de 2023 a redução na arrecadação do Imposto de Renda para a Pessoa Jurídica (IRPJ), em 9,67%; o crescimento de 3,36% do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF); o crescimento da arrecadação do PIS/Cofins, sobretudo por conta do retorno da tributação incidente sobre a GASOLINA.

Arrecadação chega a R\$ 2,31 tri

A arrecadação total das receitas federais fechou, no ano passado, em pouco mais de R\$ 2,31 trilhões, informou ontem o Ministério da Fazenda. O valor apresenta uma queda de 0,12% em relação a 2022, descontada a **inflação** medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Em dezembro do ano passado, a arrecadação totalizou R\$ 232,22 bilhões. O valor representa um crescimento real de 5,15% em relação a dezembro de 2022, descontado o IPCA.

Quanto às receitas administradas pela **Receita Federal**, o valor arrecadado, em dezembro de 2023, foi R\$ 225,1 bilhões, representando um acréscimo real, medido pelo IPCA, de 5,48%, enquanto no período acumulado de janeiro a dezembro de 2023, a arrecadação alcançou R\$ 2,204 trilhões, registrando acréscimo real pelo IPCA de 1,02%.

Influências

Segundo o Ministério, o resultado da arrecadação foi influenciado por alterações na **legislação tributária** e por pagamentos típicos, especialmente do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), tanto em 2022 quanto em 2023.

"Sem considerar os fatores não recorrentes, haveria um crescimento real de 3,05% na arrecadação do período acumulado e um acréscimo real de 4,54% na arrecadação do mês de dezembro", explicou o ministério.

A pasta informou ainda que os principais fatores que, em conjunto, contribuíram para o resultado de 2023 foram o desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de **tributos**, a exemplo da produção industrial, massa salarial, valor em dólar das importações e venda de bens e serviços.

Receita Previdenciária

Também contribuíram para o resultado o desempenho da arrecadação da Receita Previdenciária, que registrou crescimento real de 5%, e o crescimento real de 21,60% da arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte Capital (IRRF), especialmente nos itens títulos e fundos de renda fixa.

Site:

edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil
/

Arrecadação vai a R\$ 2,3 tri e marca o 2º melhor resultado da história

EDUARDO RODRIGUES, SHEYLA SANTOS e FERNANDA TRISOTTO SOFIA AGUIAR/BRASÍLIA

A arrecadação de **impostos** e contribuições federais fechou 2023 em R\$ 2,318 trilhões. O resultado representa uma queda real (descontada a **inflação**) de 0,12% na comparação com 2022, quando o recolhimento total de **tributos** bateu recorde.

Ainda assim, o resultado de 2023 foi o segundo melhor da série histórica em termos reais, justamente atrás do desempenho de 2022. A série histórica da **Receita Federal** começa em 1995.

O secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, disse que o resultado da arrecadação federal em 2023 não foi uma queda em relação a 2022, mas uma "volta aos patamares normais". Para ele, 2023 foi um ano bastante positivo, apesar de "desafiador".

Já o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, afirmou que este ano deve ter um desempenho equivalente ao de 2023. "Se mantidos os parâmetros favoráveis, esperamos um 2024 tão positivo na arrecadação quanto foi 2023", disse ele, ao se referir aos juros em queda e demais indicadores macroeconômicos.

BALANÇO. Segundo Barreirinhas, o ano passado foi marcado por "grandes desafios relativos a fatores não recorrentes", como "forte redução de alíquotas do IPI" para veículos e a desoneração dos combustíveis, que, segundo ele, "teve impacto bilionário".

Malaquias disse que, apesar de os setores econômicos terem apresentado comportamentos diferentes no pós-pandemia, todos tiveram um viés de recuperação que sustentou o desempenho da arrecadação no ano passado.

Ele citou os R\$ 4,4 bilhões recolhidos com o Imposto sobre Exportação incidente sobre o óleo bruto e o programa de redução de litigiosidade, o Litígio Zero, que somou R\$ 5,6 bilhões.

Em relação ao comportamento da arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte no ano passado, Malaquias destacou a influência da taxa Selic, com

recolhimento extraordinário em dezembro proveniente da tributação de fundos de investimento.

"O resultado de 2023 veio após uma base muito elevada de arrecadação, e é por isso que tem representatividade", disse Malaquias.

EM ALTA. O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal** disse ainda que a equipe do Fisco continua a monitorar os efeitos de medidas implementadas no ano passado, como a retomada do chamado voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Segundo o auditor, essa mudança não produziu efeitos sobre a arrecadação do mês de dezembro, mas as equipes já monitoram qual será o impacto a partir deste mês de janeiro.

Essa mudança e as demais - como tributação de fundos - constarão da revisão de receitas que será feita em março, data em que o governo precisa divulgar o relatório bimestral de receitas e despesas, também com projeções para eventual contingenciamento.

*

Tabela do IR será corrigida para garantir isenção até 2 mínimos

I SOFIA AGUIAR/BRASÍLIA

O governo fará neste ano um reajuste na tabela do Imposto de Renda para incorporar o ganho real do salário mínimo.

O objetivo é garantir isenção para quem recebe até dois mínimos (R\$ 2.824). Desde maio passado, a faixa de isenção é de R\$ 2.112. Para isentar quem recebia até dois mínimos, foi previsto também um desconto mensal de R\$ 528 na fonte - totalizando R\$ 2.640.

"Com o reajuste do salário mínimo, as pessoas parecem que vão voltar a pagar o Imposto de Renda, mas não vão. Porque nós vamos fazer as mudanças agora para que quem ganhe até dois salários mínimos não pague IR", disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista à rádio Metrôpole, de Salvador.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Arrecadação federal recua 0,12% em 2023, mas é a 2ª melhor desde 1995

ALVARO GRIBEL alvaro.gribel@oglobo.com.br
BRASÍLIA -

A arrecadação federal fechou 2023 em leve queda de 0,12%, com receitas que totalizaram R\$ 2,31 trilhões.

Apesar da redução, em termos reais, ou seja, descontada a **inflação**, o resultado foi o segundo melhor desde 1995 - quando começou a série histórica da **Receita Federal** -, perdendo apenas para os R\$ 2,36 trilhões de 2022.

Em dezembro, a arrecadação subiu subiu 5,15%, em termos reais, na comparação com o mesmo mês de 2022, com R\$ 213,22 bilhões em receitas.

A queda no ano frustrou a expectativa da equipe econômica, que contava com aumento da arrecadação para diminuir o déficit primário das contas públicas.

Para o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, no entanto, o resultado foi "bastante positivo", em função da base de comparação elevada com os anos de 2021 e 2022. Segundo ele, esses dois anos tiveram arrecadação atípica no setor de commodities, que subiram muito de preço em função da pandemia.

- O resultado foi bastante positivo, apesar de ser um ano altamente desafiador.

Há uma dificuldade de se comparar 2023 com os dois exercícios anteriores, que foram picos de arrecadação, no pós-pandemia.

Segundo a Receita, também influenciaram no resultado pagamentos atípicos, principalmente de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Os dados mostraram crescimento de 21,6% na arrecadação de IRPF/Capital, em função da Taxa Selic elevada ao longo de todo o ano. Por outro lado, as reduções das alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de PIS/Cofins sobre os combustíveis afetaram a arrecadação desses **tributos**.

Por setores econômicos, o governo teve fortes perdas de arrecadação com a extração de minerais metálicos, uma redução de 58% ou R\$ 21,85 bilhões. Com combustíveis, a diminuição de receitas chegou a R\$

16,85 bilhões ou 16,47%.

O aumento da arrecadação em dezembro teve influência de uma das medidas aprovadas pelo Congresso no ano passado: a tributação dos fundos exclusivos, voltados para a alta renda, rendeu cerca de R\$ 3,9 bilhões. A expectativa é que em 2024 aconteçam mais três cobranças sobre o rendimento acumulado nesses fundos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo arrecada R\$ 2,31 trilhões em receitas federais

AGÊNCIA BRASIL

A arrecadação total das receitas federais fechou, no ano passado, em pouco mais de R\$ 2,31 trilhões, informou nesta terça-feira (23) o Ministério da Fazenda. O valor apresenta uma queda de 0,12% em relação a 2022, descontada a **inflação** medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Em dezembro do ano passado, a arrecadação totalizou R\$ 232,22 bilhões. O valor representa um crescimento real de 5,15% em relação a dezembro de 2022, descontado o IPCA.

Quanto às receitas administradas pela **Receita Federal**, o valor arrecadado, em dezembro de 2023, foi R\$ 225,1 bilhões, representando um acréscimo real, medido pelo IPCA, de 5,48%, enquanto no período acumulado de janeiro a dezembro de 2023, a arrecadação alcançou R\$ 2,204 trilhões, registrando acréscimo real pelo IPCA de 1,02%.

Segundo o Ministério, o resultado da arrecadação foi influenciado por alterações na **legislação tributária** e por pagamentos atípicos, especialmente do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), tanto em 2022 quanto em 2023.

"Sem considerar os fatores não recorrentes, haveria um crescimento real de 3,05% na arrecadação do período acumulado e um acréscimo real de 4,54% na arrecadação do mês de dezembro", explicou o ministério.

A pasta informou ainda que os principais fatores que, em conjunto, contribuíram para o resultado de 2023 foram o desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de **tributos**, a exemplo da produção industrial, massa salarial, valor em dólar das importações e venda de bens e serviços.

Também contribuíram para o resultado o desempenho da arrecadação da Receita Previdenciária, que registrou crescimento real de 5%, e o crescimento real de 21,60% da arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte Capital (IRRF), especialmente nos itens títulos e fundos de renda fixa.

Arrecadação federal fecha 2023 estável em R\$ 2,3 tri

Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana

A arrecadação federal fechou o ano de 2023 praticamente estável em relação a 2022, com queda real de 0,1%, somando R\$ 2,3 trilhões (a preços correntes). A Receita avalia que o resultado foi "bastante positivo" apesar de atipicidades que influenciaram o resultado, como impactos da desoneração de **impostos** sobre o energia e combustível, efetuada em 2022, que foram reonerados ao longo do ano pelo Ministério da Fazenda.

Para este ano, o desempenho da arrecadação é fundamental para o governo atingir a meta de déficit zero. Os efeitos só começarão a ser divulgados em fevereiro e, caso haja frustração, há a possibilidade de revisão da meta em março, quando saem as novas projeções.

A equipe econômica elencou quatro principais fatores que influenciaram as receitas positivamente e negativamente: crescimento real de 21,60% na arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Física - Capital, em razão da apreciação da taxa Selic; crescimento real de 3,36% do IRPF-Trabalho e de 5% da contribuição previdenciária, decorrente do aumento da massa salarial; redução das alíquotas sobre combustíveis e uma arrecadação extraordinária decorrente do programa Litígio Zero e da exportação de óleo bruto.

O secretário especial da Receita, Robinson Barreirinhas, citou um "ano desafiador" e lembrou que no pós-pandemia houve pico de arrecadação em alguns setores, em especial no de commodities, que "distorceram" o resultado de 2022, dificultando a comparação.

O secretário destacou a forte redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em 2023 por causa da redução de alíquotas em 2022, que tirou R\$ 22,8 bilhões de arrecadação. "O impacto foi enorme em 2023, bem como a desoneração dos combustíveis, que teve impacto gigantesco, bilionário, e estamos retomando." "Ainda com todos esses desafios, os números são positivos", disse. Ele citou que em dezembro houve aumento muito forte de IOF em operações de crédito e de IPI na produção de veículos.

Barreirinhas também citou o Litígio Zero, que gerou arrecadação de R\$ 5,6 bilhões. O imposto de exportação sobre o óleo cru gerou R\$ 4,4 bilhões. O tributo foi criado por quatro meses para compensar a desoneração do diesel em 2023.

Nas receitas administradas, fatores atípicos influenciaram negativamente a arrecadação em R\$ 46 bilhões no ano. Só a redução das alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis levou a uma perda de R\$ 32,7 bilhões dos cofres federais.

Não fossem esses fatores, essas receitas teriam encerrado o último ano em R\$ 2,287 trilhões ante os R\$ 2,241 registrados.

Em 2023 o governo conseguiu aprovar uma série de medidas no Congresso Nacional para elevar a arrecadação, mas, até o momento, a única que gerou resultados em 2023 foi a tributação de fundos exclusivos.

Eles geraram em dezembro receita de R\$ 3,9 bilhões.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Claudemir Malaquias, afirmou que o fisco ainda está na expectativa de qual será o ganho efetivo da tributação sobre fundos exclusivos e offshores, aprovada pelo Congresso Nacional no fim do ano.

Sobre o retorno do voto de qualidade no **Carf**, disse que em dezembro não foi possível sentir impactos da medida. Porém, é esperado um impacto positivo em 2024. Em relação ao programa Remessa Conforme, afirmou que o momento é de "coleta de informações" sobre as remessas.

"O impacto [do corte do IPI] foi enorme em 2023" Robinson Barreirinhas

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187772?page=1§ion=1>

Governo federal arrecada R\$ 2,31 tri em 2023

São Luís - A arrecadação total das receitas federais fechou 2023 em pouco mais de R\$ 2,31 trilhões, informou ontem o Ministério da Fazenda. O valor apresenta uma queda de 0,12% em relação ao ano anterior, descontada a **inflação** medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Apesar do recuo, o dado do ano é o segundo melhor da série histórica iniciada em 1995, segundo a **Receita Federal**.

Considerando o último mês do ano passado, a arrecadação totalizou R\$ 232,22 bilhões. O valor representa um crescimento real de 5,15% em relação a dezembro de 2022.

Com relação às receitas administradas pela **Receita Federal**, o valor arrecadado, em dezembro de 2023, foi R\$ 225,1 bilhões, representando um acréscimo real de 5,48%.

No período acumulado de janeiro a dezembro de 2023, a arrecadação alcançou R\$ 2,204 trilhões, registrando acréscimo real pelo IPCA de 1,02%.

Fatores - Segundo o Ministério, o resultado da arrecadação foi influenciado por alterações na legislação tributária e por pagamentos atípicos, em especial, do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), tanto em 2022 quanto em 2023.

"Sem considerar os fatores na ocorrência, haveria um crescimento real de 3,05% na arrecadação do período acumulado e um acréscimo real de 4,54% na arrecadação do mês de dezembro", explicou o ministério.

A pasta informou ainda que os principais fatores que, em conjunto, contribuíram para o resultado de 2023 foram o desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de **tributos**, a exemplo da produção industrial, massa salarial, valor em dólar das importações e venda de bens e serviços.

Também contribuíram para o resultado o desempenho da arrecadação da Receita Previdenciária, que registrou crescimento real de 5%, e o crescimento real de 21,60% da arrecadação do Imposto sobre a Renda

Retido na Fonte Capital (IRRF), especialmente nos itens títulos e fundos de renda fixa.

Dezembro 2023 - Os destaques apontados pela **Receita Federal** no mês de dezembro foram o IRRF-Rendimentos de Capital, que apresentou uma arrecadação de R\$ 25,2 bilhões, resultando em um crescimento real de 21,57%, decorrente do acréscimo nominal de 26,30% na arrecadação de aplicações de renda fixa de pessoas físicas e jurídicas, e de 1,44% na arrecadação de fundos de renda fixa.

Também foram arrecadados R\$ 3,9 bilhões decorrentes da tributação dos fundos de investimento no Brasil e da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior.

PIS/Pasep - A arrecadação do PIS/Pasep e da Cofins fechou o mês de dezembro em R\$ 39,6 bilhões, representando crescimento real de 12,15%. O desempenho é explicado pela combinação do acréscimo real de 4,30% no volume de vendas e decréscimo real de 0,30% no volume de serviços entre novembro de 2022 e novembro de 2023. Além de modificação da tributação incidente sobre diesel, gasolina e álcool; e aumento de 3% no montante das compensações tributárias.

Já a Receita Previdenciária alcançou uma arrecadação de R\$ 79 bilhões, expansão real de 2,92%.

Também contribuiu para o resultado o retorno gradativo da tributação relativa ao setor de combustíveis (gasolina, álcool e diesel) e pelo aumento de 12,5% no montante das compensações tributárias.

Apesar do recuo, o dado de arrecadação do ano é o segundo melhor da série histórica iniciada em 1995, conforme a **Receita Federal**

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-24-01-2024/>

Nova isenção do Imposto de Renda

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou ontem um reajuste na tabela de isenção do Imposto de Renda (IR) para acomodar o ganho real no salário mínimo. O objetivo seria aumentar a faixa de isenção do IR para quem ganha até dois salários mínimos (RS 2.824).

Desde maio do ano passado, a faixa de isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) foi ampliada de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112. Além disso, o brasileiro passou a ter o desconto automático de R\$ 528 no salário. Assim, na prática, a faixa de isenção passou a R\$ 2.640, que era equivalente a dois mínimos em 2023.

Neste mês, o governo federal bateu o martelo e definiu que o novo valor do salário mínimo será de RS 1.412 a partir de janeiro, ou seja com pagamento em fevereiro.

Com isso, o reajuste na tabela de isenção precisará ser feito para assim abarcar o ganho real do aumento no salário mínimo.

"Com o reajuste do salário mínimo (em 2024), as pessoas que ganham dois salários mínimos parece que vão voltar a pagar Imposto de Renda, mas não vão. Porque nós vamos fazer as mudanças, agora, para que quem ganhe até dois mínimos (RS 2,8 mil, valor reajustado para 2024) não pague Imposto de Renda", disse o Presidente em entrevista à Rádio Bahia.

Em entrevista ao programa Roda Viva, na TV Cultura, na noite de segunda-feira (22), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que pretendia discutir com o presidente Lula a revisão da faixa de isenção do IR em 2024.

Haddad disse que a revisão da tabela será definida até o fim deste mês. No momento, o Ministério da Fazenda estuda compensações para ampliar o benefício.

Antes de 2023, a última correção da tabela havia ocorrido em abril de 2015, no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Com as mudanças do ano passado, cerca de 13,7 milhões de brasileiros deixariam de pagar o imposto, segundo a estimativa da **Receita Federal** feita na época.

O governo não informou se vai mexer nas demais

faixas da tabela. Também não informou se o desconto automático de RS 528 sobre o salário será mantido.

HADDAD disse que a revisão da tabela será definida até o fim deste mês: compensações em estudo para ampliação

ENTENDA

Mudança no ano passado

EM MAIO DE 2023, a isenção do Imposto de Renda foi de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112. Os contribuintes também passaram a ter o desconto de R\$ 528 no salário.

A FAIXA DE ISENÇÃO passou a R\$ 2.640, equivalente a dois salários mínimos no ano passado. Na época, o valor era de R\$ 1.320.

A nova correção

O GOVERNO vai reajustar a tabela de isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF 2024) para os contribuintes que recebem até dois salários mínimos - R\$ 2.824. A ampliação tem objetivo de se ajustar ao aumento do salário mínimo em 2024.

O GOVERNO não informou se vai mexer nas demais faixas da tabela.

Fonte: Jornal Valor

Promessa para quem ganha até R\$ 5 mil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçou a promessa de isenção de Imposto de Renda a salários de até R\$ 5 mil. Ainda não há data estimada para estender a alíquota zero até esse valor.

"Tenho compromisso de chegar até o final do meu mandato isentando pessoas que ganham até R\$ 5 mil do IR E um compromisso de campanha", declarou.

A equipe econômica do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao longo de 2023, negociou diferentes propostas para compensar a perda de arrecadação com o aumento da isenção do Imposto de Renda (IR).

Inicialmente, o benefício seria financiado com a tributação dos fundos offshore - ativos financeiros no exterior pertencentes a pessoas físicas residentes no

Brasil. A proposta encontrou resistência no Congresso Nacional.

Em agosto, o governo mudou a estratégia e buscou compensar a perda de receita do IR com a mudança na tributação dos fundos fechados (exclusivos para alta renda) e conhecidos como "fundos dos super-ricos".

No fim de novembro, o Congresso aprovou essas duas propostas em um único projeto de lei. A lei definiu uma alíquota de 15% para os fundos no exterior.

No caso dos fundos exclusivos de curto prazo foi fechada taxa de IR em 20% e para os de longo prazo em 15%.

Além disso, para estimular a incidência do imposto ainda em 2023, no caso dos fundos exclusivos, foi definida uma alíquota de 8% para o contribuinte que optar por antecipar o pagamento do Imposto de Renda sobre os rendimentos acumulados até 31 de dezembro de 2023.

O governo havia proposto uma taxa de 10%. Preliminarmente, foi estimado em R\$ 20 bilhões, em 2024, o aumento da arrecadação com os efeitos da lei.

Contas de luz devem subir 5,6% este ano, diz Aneel

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estima que as tarifas de energia terão um aumento médio de 5,6% este ano, acima da **inflação** prevista pelo mercado financeiro, de 3,86%. A informação foi divulgada pelo diretor-geral da agência, Sandoval Feitosa, em entrevista a CNN Brasil.

Um das principais fontes de pressão sobre as tarifas é o aumento da conta de subsídios. Neste ano, são R\$ 37 bilhões em subsídios pagos pelos consumidores, representando quase 15% da tarifa.

O secretário de Reformas Econômicas da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, afirmou que o Ministério da Fazenda pretende fazer um pente-fino sobre essas despesas. São subsídios por exemplo para comprar óleo diesel e gerar energia em regiões isoladas. Esses subsídios vêm crescendo todos os anos. Em 2018, por exemplo, eram R\$ 18,8 bilhões.

"A gente está chegando a R\$ 37 bilhões (de subsídios embutidos). Temos energia barata e conta de luz cara. Este ano queremos fazer uma revisão total, junto com o Ministério de Minas e Energia (MME), sobre como podemos reduzir o impacto desses subsídios na conta de luz", disse Pinto.

A projeção da Aneel está abaixo da estimativa feita

pela Associação dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), que prevê alta de 6,58%. Para alguns estados, como Minas Gerais, os reajustes podem chegar a 15%, segundo a Abrace.

CONTA de luz: acima da **inflação**

Gol agora tem de pagar combustível à vista

Em meio a rumores de que estaria se preparando para entrar com um pedido de recuperação judicial nos EUA, a Gol perdeu o crédito junto a distribuidores de combustível em alguns dos aeroportos mais importantes do País. Segundo fontes do setor pela reportagem, a empresa agora tem que pagar à vista para abastecer as aeronaves.

As informações são da coluna Capital, do jornal O Globo.

Procurada, a empresa afirmou que "continua seus esforços anunciados anteriormente para melhorar sua lucratividade e fortalecer seu balanço".

A companhia aérea enfrenta sérios problemas de fluxo de caixa e está há seis meses tentando uma reestruturação de dívida com arrendadores de avião e credores financeiros. A dívida da companhia, que ainda sofre com os impactos da pandemia, é de R\$ 20 bilhões, sendo R\$ 3 bilhões com vencimento de curto prazo.

O combustível representa cerca de 40% dos custos de uma companhia aérea no Brasil. As distribuidoras de combustível ganham dinheiro oferecendo crédito para as companhias aéreas pagarem pelo consumo do querosene de aviação em 30, 60, 90 ou até 120 dias. As taxas complementam as margens da distribuição.

Governo confirma isenção do IR para quem ganha 2 mínimos

FRANCISCO ARTHUR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou, ontem, o reajuste da isenção do Imposto de Renda deste ano para quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 2.824). A atualização da tabela de isenção do IR, segundo Lula, vai ocorrer com o objetivo de seguir a política de ganho real do salário mínimo, reajustado para R\$ 1.412 a partir de 1º de janeiro deste ano.

"Resolvemos desonerar as pessoas que ganhavam até R\$ 2,6 mil (dois salários mínimos em 2023). Com o reajuste do salário mínimo, às pessoas que ganham dois mínimos parece que vão voltar a pagar Imposto de Renda, mas não vão porque nós vamos fazer as mudanças agora para que quem ganha até dois mínimos (R\$ 2.824, valor reajustado para 2024) não pague Imposto de Renda e tenho o meu compromisso de chegar no fim do meu mandato isentando todas as pessoas que ganhem até 5 mil", afirmou o presidente, durante entrevista à rádio baiana Metrôpole.

A atualização do limite de isenção do IR foi anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na segunda-feira, durante sua participação no programa de entrevistas Roda Viva. Questionado sobre o tema, ele disse que o governo faria uma revisão na faixa de isenção. Haddad disse na manhã de ontem que a revisão deve estar pronta em 30 dias

"Nós vamos fazer uma nova revisão esse ano, até por conta do aumento do salário mínimo, presidente (Lula) já pediu uma análise para nós acertarmos a questão da faixa de isenção", afirmou o titular da pasta. O aumento do salário mínimo, dito por Haddad como justificativa para a revisão na taxa de isenção, se deu em 1º de janeiro deste ano, data em que o novo patamar do mínimo foi para R\$ 1.412. No ano passado, o valor mínimo era de R\$ 1.320.

mp

No ano passado, o governo por meio de uma Medida Provisória alterou a faixa de isenção do imposto de renda de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112. Para isentar quem recebia até dois salários mínimos, o texto também incluiu um desconto mensal de R\$ 528 na fonte. Com o aumento do salário mínimo, no entanto, essas pessoas passaram a receber R\$ 2.824, ou seja, voltariam a ser tributadas. Esse raciocínio, porém, foi

descartado pelo presidente, que confirmou a atualização na faixa de isenção.

Na entrevista de ontem, o presidente também defendeu a tributação sobre dividendos distribuídos a acionistas de empresas de capital aberto ou fechado. "Quem vive de dividendos não paga imposto de renda e quem vive de salário, paga. Haddad sabe que temos que fazer esses reajustes, eles são difíceis porque na hora de abrir mão de um dinheiro a gente tem que saber da onde vai pegar outro dinheiro, mas vamos fazer tudo o que pro- metemos", afirmou o presidente.

Durante o programa, o ministro também falou sobre as propostas de reoneração de diferentes setores da economia. Ele reconheceu que essas medidas têm enfrentado resistência no Congresso, mas explicou que os privilégios concedidos como a desoneração não "renderam aquilo que prometiam". A proposta de reoneração da folha de 17 setores da economia foi enviada pelo governo ao Legislativo por meio da medida provisória (MP)1.202 de 2023.

estudo

Um estudo do Ministério da Fazenda com base no Imposto de Renda da Pessoa Física de 2023 revela uma concentração elevada entre quem envia a declaração do imposto, com o topo da pirâmide recebendo grande parte dos seus rendimentos totalmente livres de **impostos**. De acordo com o levantamento, entre o 1% mais rico do Brasil, 44,3% de toda a renda anual é isenta e 17,5% têm tributação exclusiva/definitiva. Entre o 0,1% de cima, 69,3% do rendimento é isento e 9,6%, tributável. Já no 0,01% (os mais abastados), a renda tributável respondeu por apenas 6% dos ganhos anuais.

Entre todos os rendimentos isentos, os lucros e dividendos representam 35,5%, segundo o relatório "Distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira" produzido pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do ministério. O estudo revela também que o 0,01% mais rico paga apenas 1,76% de alíquota efetiva de IR.

ARRECADAÇÃO

A arrecadação total das receitas federais fechou, no ano passado, em pouco mais de R\$ 2,31 trilhões,

informou ontem o Ministério da Fazenda. O valor apresenta uma queda de 0,12% em relação a 2022, descontada a **inflação** medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em dezembro do ano passado, a arrecadação totalizou R\$ 232,22 bilhões. O valor representa um crescimento real de 5,15% em relação a dezembro de 2022, descontado o IPCA. Quanto às receitas administradas pela **Receita Federal**, o valor arrecadado, em dezembro de 2023, foi R\$ 225,1 bilhões, representando um acréscimo real, medido pelo IPCA, de 5,48%, enquanto no período acumulado de janeiro a dezembro de 2023, a arrecadação alcançou R\$ 2,204 trilhões, registrando acréscimo real pelo IPCA de 1,02%.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Isenção do IR para até 2 mínimos sai neste mês

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que está em estudo a revisão da tabela de isenção de Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos. O anúncio deve ser feito até o fim do mês. A nova tabela vai se adequar ao novo valor do salário mínimo, que passou de R\$ 1.320 para R\$ 1.412.

"Até o fim do mês a gente vai ter essa conta. Esse mês ainda a gente vai ter a conta, tá bom?", comentou o ministro ao chegar ao ministério, onde falou com jornalistas.

Mais cedo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também comentou o assunto, na rede social X. Lula disse que vai cumprir a promessa de governo de garantir a isenção para o trabalhador que ganha até dois salários mínimos.

"As pessoas que ganham até dois salários mínimos não vão pagar Imposto de Renda. Nós vamos fazer o que prometemos", publicou.

Dados da Unafisco Nacional (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil) apontam que, sem a revisão, quem ganha mais de dois salários voltará a ser tributado, já que a faixa de isenção não teve reajuste e permanece na tabela em R\$ 2.112.

Além disso, também houve um desconto automático de R\$ 528 no salário, o que, na prática, deixou a faixa de isenção em R\$ 2.640, que era equivalente a dois mínimos em 2023.

Haddad evitou falar se houve acordo para revogar a medida provisória que reonera a folha de pagamentos de alguns setores da economia. Editada no fim do ano passado, a medida traz a reoneração gradual de 17 setores beneficiados com descontos na contribuição para a **Previdência Social** (da ABr)

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_E356976B08C4F80BB2AA2C2163D5E1EEEC46673C18B6B5F087774ECE264063404148BDC1D9F845EF03B8E42122D4CA18C5CB484B5D86884C8C5E5DD0C64128543CDA6DE12F3E6AFD41353857C3C20BAE195B30C373B0A5F2A6323F37CFB971C682F83BAE996A4E6046F186EBE44423F9EA39

2F917C7B71EC95D27EEB68DE1

Lula confirma isenção no IR para quem ganha até 2 salários mínimos

AGÊNCIA ESTADO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta terça-feira (23) que o governo vai fazer um ajuste na tabela do Imposto de Renda deste ano para isentar da cobrança os contribuintes que recebem até dois salários mínimos (o equivalente a R\$ 2.824) mensais.

Em maio do ano passado, uma medida provisória corrigiu a faixa de isenção do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) de R\$ 1.903,98 para os atuais R\$ 2.112 e instituiu uma dedução simplificada mensal de R\$ 528 -assim, seria possível isentar ganhos até R\$ 2.640, o equivalente a dois pisos, segundo valores vigentes em 2023.

"Com o reajuste do salário mínimo, as pessoas parecem que vão voltar a pagar o Imposto de Renda, mas não vão. Porque nós vamos fazer as mudanças agora para quem ganhe até dois salários mínimos não pague IR. Eu tenho um compromisso de chegar até o fim do meu mandato isentando todo mundo que ganhar até R\$ 5.000", afirmou o petista em entrevista à rádio Metrópole da Bahia.

"É um compromisso de campanha, mas, sobretudo, de muita sinceridade. Nesse país, quem vive de dividendo não paga Imposto de Renda e quem vive de salário paga Imposto de Renda", acrescentou.

O presidente afirmou ainda que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sabe que serão necessários fazer "ajustes".

"Eles são difíceis, porque nós precisamos saber que na hora que a gente abre mão de um dinheiro, a gente tem que saber da onde vai pegar o outro dinheiro", disse Lula.

Segundo interlocutores do governo ouvidos pela reportagem, os estudos ainda estão em fase inicial, mas a tendência é repetir o modelo adotado em 2023, que mesclou a correção da faixa de isenção com a criação de uma dedução simplificada.

Enquanto a correção da faixa de isenção beneficia todos os contribuintes, independentemente do salário, a dedução é, na prática, vantajosa apenas para quem tem remuneração menor e possui poucos descontos

legais a declarar com contribuição previdenciária, pensão alimentícia, dependentes, entre outros.

No ano passado, o mix entre esses dois instrumentos foi a saída encontrada pela equipe de Haddad para atender ao pedido de Lula de isentar quem ganha até dois salários mínimos sem impor um custo elevado às contas públicas. Toda atualização na tabela do IR gera uma renúncia de receitas.

Na época, economistas calculavam um impacto de cerca de R\$ 10 bilhões em 2023 para a correção da tabela do IRPF a partir de 1º de maio. Sob o formato adotado pelo governo, o custo ficou reduzido a R\$ 3,2 bilhões, segundo dados divulgados na ocasião pela **Receita Federal**.

A avaliação dentro do governo é que o modelo "deu muito certo" e, por isso, "faz sentido continuar" com esse desenho.

Isenção do IR para quem ganha até dois mínimos sai neste mês

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem (23) que está em estudo a revisão da tabela de isenção de Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos.

O anúncio deve ser feito até o fim do mês.

A nova tabela vai se adequar ao novo valor do salário mínimo, que passou de R\$ 1.320 para R\$ 1.412.

"Até o fim do mês a gente vai ter essa conta. Esse mês ainda a gente vai ter a conta, tá bom?", comentou o ministro ao chegar ao ministério, onde falou com jornalistas.

Mais cedo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também comentou o assunto, na rede social X. Lula disse que vai cumprir a promessa de governo de garantir a isenção para o trabalhador que ganha até dois salários mínimos.

"As pessoas que ganham até 2 salários mínimos não vão pagar Imposto de Renda.

Nós vamos fazer o que prometemos," publicou.

Dados da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional) apontam que, sem a revisão, quem ganha mais de dois salários voltará a ser tributado, já que a faixa de isenção não teve reajuste e permanece na tabela em R\$ 2.112.

Desconto automático - Além disso, também houve um desconto automático de R\$ 528 no salário, o que, na prática, deixou a faixa de isenção em R\$ 2.640, que era equivalente a dois mínimos em 2023.

Haddad evitou falar se houve acordo para revogar a medida provisória (MP) que reonera a folha de pagamentos de alguns setores da economia.

Editada no fim do ano passado, a medida traz a reoneração gradual de 17 setores beneficiados com descontos na contribuição para a **Previdência Social**

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Isenção garantida

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse hoje (23) que está em estudo a revisão da tabela de isenção de Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos. O anúncio deve ser feito até o fim do mês.

A nova tabela vai se adequar ao novo valor do salário mínimo, que passou de R\$ 1.320 para R\$1.412.

"Até o fim do mês a gente vai ter essa conta. Esse mês ainda a gente vai ter a conta, tá bom?", comentou o ministro ao chegar ao ministério, onde falou com jornalistas.

Mais cedo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também comentou o assunto, na rede social X. Lula disse que vai cumprir a promessa de governo de garantir a isenção para o trabalhador que ganha até dois salários mínimos.

"As pessoas que ganham até 2 salários mínimos não vão pagar Imposto de Renda. Nós vamos fazer o que prometemos," publicou.

Dados da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional) apontam que, sem a revisão, quem ganha mais de dois salários voltará a ser tributado, já que a faixa de isenção não teve reajuste e permanece na tabela em R\$ 2.112.

Desconto automático

Além disso, também houve um desconto automático de R\$ 528 no salário, o que, na prática, deixou a faixa de isenção em R\$ 2.640, que era equivalente a dois mínimos em 2023.

Haddad evitou falar se houve acordo para revogar a medida provisória (MP) que reonera a folha de pagamentos de alguns setores da economia. Editada no fim do ano passado, a medida traz a reo-neração gradual de 17 setores beneficiados com descontos na na contribuição para a **Previdência Social**

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

Revisão da tabela será definida ainda este mês

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem (23) que a revisão da tabela de Imposto de Renda (IR), para acomodar o novo salário mínimo, será definida até o fim deste mês.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou, mais cedo, que o governo fará esse ajuste, elevando o teto de isenção. No momento, a Fazenda estuda compensações para ampliar o benefício.

O novo valor do salário mínimo ficou em R\$ 1.412, com pagamento a partir de fevereiro. Com isso, o reajuste na faixa de isenção precisará ser feito. "Está em estudo).

Até o fim do mês vamos ter essa conta", disse Haddad, ao ser questionado sobre o tema, em conversa com jornalistas no Ministério da Fazenda.

Alíquota zero Desde maio de 2023 a faixa de alíquota zero do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) foi ampliada de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112. Na época, para isentar quem recebia até dois salários mínimos, o governo definiu também um desconto automático de R\$ 528. Na prática, portanto, quem ganhava até R\$ 2.640 - o equivalente a dois mínimos em 2023 - ficou isento do Imposto de Renda para pessoa física. Agora, a perspectiva é ampliar a isenção para R\$ 2.824.

Antes de 2023, a última correção da tabela havia ocorrido em abril de 2015, no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Com as mudanças do ano passado, cerca de 13,7 milhões de brasileiros deixariam de pagar o imposto, segundo a estimativa da **Receita Federal** na época.

A redução estimada pela Fazenda, naquele momento, ficou em R\$ 3,2 bilhões para 2023, R\$ 5,88 bilhões para 2024, e R\$ 6,27 bilhões em 2025.

Acima da faixa Mesmo que apenas a faixa de isenção seja elevada, todos que pagam IR podem ser beneficiados, pois esse imposto é progressivo.

Quem ganha R\$ 5 mil, por exemplo, não paga imposto sobre a parcela do salário que corresponde ao teto de isenção.

O governo não informou se vai mexer nas demais

faixas da tabela.

Também não explicou se o desconto automático de R\$ 528 sobre o salário será mantido. A equipe econômica, ao longo de 2023, negociou diferentes propostas para compensar a perda de arrecadação com o aumento da isenção do IR

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2641/24-01-2024/>

Governo avalia isentar IR a quem ganha até dois salários mínimos

Brasília - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta terça-feira (23) que está em estudo a revisão da tabela de isenção de Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos. O anúncio deve ser feito até o fim do mês.

A nova tabela vai se adequar ao novo valor do salário mínimo, que passou de R\$ 1.320 para R\$ 1.412.

"Até o fim do mês a gente vai ter essa conta. Esse mês ainda a gente vai ter a conta, tá bom?", comentou o ministro ao chegar ao ministério, onde falou com jornalistas.

Mais cedo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também comentou o assunto, na rede social X. Lula disse que vai cumprir a promessa de governo de garantir a isenção para o trabalhador que ganha até dois salários mínimos.

"As pessoas que ganham até dois salários mínimos não vão pagar Imposto de Renda. Nós vamos fazer o que prometemos," publicou.

O presidente reconheceu a promessa de campanha de isentar o IR para quem recebe até R\$ 5 mil mensais, mas considera difícil, embora afirme que irá tentar.

Dados da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional) apontam que, sem a revisão, quem ganha mais de dois salários voltará a ser tributado, já que a faixa de isenção não teve reajuste e permanece na tabela em R\$ 2.112.

Além disso, também houve um desconto automático de 528 reais no salário, o que, na prática, deixou a faixa de isenção em R\$ 2.640, que era equivalente a dois mínimos em 2023.

Haddad evitou falar se houve acordo para revogar a medida provisória (MP) que rene-ra a folha de pagamentos de alguns setores da economia. Editada no fim do ano passado, a medida traz a reone-ração gradual de 17 setores beneficiados com descontos na contribuição para a **Previdência Social**. (ABr)

Site: <http://digital.jornalnh.com.br>

Haddad garante isenção do IR para quem ganha até 2 mínimos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça-feira, 23, que está em estudo a revisão da tabela de isenção de Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos. O anúncio deve ser feito até o fim do mês.

A nova tabela vai se adequar ao novo valor do salário mínimo, que passou de R\$ 1.320 para R\$ 1.412. "Até o fim do mês a gente vai ter essa conta.

Esse mês ainda a gente vai ter a conta, tá bom?", comentou o ministro ao chegar ao ministério, onde falou com jornalistas.

Mais cedo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também comentou o assunto, na rede social X. Lula disse que vai cumprir a promessa de governo de garantir a isenção para o trabalhador que ganha até dois salários mínimos.

"As pessoas que ganham até 2 salários mínimos não vão pagar Imposto de Renda. Nós vamos fazer o que prometemos," publicou.

Dados da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional) apontam que, sem a revisão, quem ganha mais de dois salários voltará a ser tributado, já que a faixa de isenção não teve reajuste e permanece na tabela em R\$ 2.112.

Desconto automático - Além disso, também houve um desconto automático de R\$ 528 no salário, o que, na prática, deixou a faixa de isenção em R\$ 2.640, que era equivalente a dois mínimos em 2023.

Haddad evitou falar se houve acordo para revogar a medida provisória (MP) que reonera a folha de pagamentos de alguns setores da economia. Editada no fim do ano passado, a medida traz a reoneração gradual de 17 setores beneficiados com descontos na na contribuição para a **Previdência Social**

Haddad evitou falar se houve acordo para revogar MP que reonera a folha de pagamentos

Site: <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf/20240124#page/12>

Incentivos para portos são renovados

O Governo Federal anunciou ontem a prorrogação, por mais cinco anos, do programa Reporto - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária. Durante a apresentação do Reporto, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, ao lado dos colegas ministros Renan Filho (Transportes) e Fernando Haddad (Fazenda), ressaltou que ele pretende fomentar investimentos em infraestrutura logística, visando melhorar a eficiência operacional e a competitividade de portos e ferrovias do País.

Criado durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Reporto estima que, para cada real de renúncia fiscal, sejam atraídos aproximadamente cinquenta reais em investimentos.

Entre as vantagens destacadas estão a eficiência logística, o fomento à inovação e o benefício para treinamento e formação de trabalhadores.

Além disso, sem o programa, os empreendimentos se tornariam, segundo dados do Ministério de Portos e Aeroportos, cerca de 7% mais caros, com uma queda de 25% na aquisição de equipamentos ferroviários e aumento nos custos de concessões e prorrogações ferroviárias.

"Nós precisamos cada vez mais estruturar os portos do Brasil, melhorando a governança, melhorando a tecnologia, melhorando cada vez mais a interlocução com o mercado internacional. E tudo isso é fundamental, que passa por investimentos públicos, privados, mas sobretudo investimentos do próprio setor produtivo", destacou Silvio Costa Filho.

Competitividade nacional Segundo o ministro dos Transportes, Renan Filho, "o Reporto garantirá mais facilidade para investimento, ajudará na competitividade internacional do Brasil, garantirá novos empregos e, certamente, ajudará o desenvolvimento da economia", disse. Atualmente, o setor de portos emprega mais de 272.820 trabalhadores, divididos entre atividades diretas e indiretas nos portos e na navegação.

Nos últimos seis anos, o setor atraiu R\$ 42,7 bilhões em investimentos, com um benefício de R\$ 1,08 bilhão advindo do programa.

Para o período de 2023 a 2026, espera-se um total de R\$ 75,9 bilhões em investimentos. Com o Reporto, as empresas podem adquirir maquinários e equipamentos

com a suspensão de **tributos** federais, como Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e PIS/Cofins- Importação.

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2641/24-01-2024/>

Custo de programa de incentivos a portos pode chegar a R\$ 5 bilhões

**AMANDA PUPO FERNANDA TRISOTTO LUIZ ARAÚJO
COLABOROU SHEYLA SANTOS**

A prorrogação até 2028 do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), marcada por evento ontem do governo, pode representar uma desoneração de até R\$ 5 bilhões em um período de cinco anos, de acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Mais cedo, o ministro já havia dito que o governo esperava um impacto fiscal de R\$ 2 bilhões por ano, a partir de 2024, em valores que se reduziriam gradualmente. Ele reiterou que o impacto dependerá do montante de investimentos do setor privado.

Implementado em 2004, o Reporto isenta empresas do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e do Imposto de Importação na compra de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens para utilização exclusiva na execução de serviços ligados ao setor portuário.

O Reporto vem sendo prorrogado desde 2007 e, a princípio, seus benefícios fiscais seriam extintos no ano passado.

Mas o programa foi prorrogado até 31 de dezembro de 2028 depois que o setor se mobilizou e conseguiu o apoio do governo, com o argumento de que o fim do Reporto implicaria encarecimento estimado em 10% nos investimentos portuários.

A lei prorrogando o programa, aprovada pelo Congresso, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no fim do ano passado.

A cerimônia de ontem foi organizada pelo governo para "celebrar" essa renovação. O evento teve também a participação dos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e dos Transportes, Renan Filho, além de representantes do setor privado.

Costa Filho afirmou que sua pasta trabalha com a expectativa de R\$ 15 bilhões, em investimentos privados, e em torno de R\$ 1 bilhão em investimentos

públicos em projetos de modernização de docas e portos públicos neste ano. E reiterou que o investimento no País em portos estratégicos contribui para a ampliação da capacidade de exportação e importação.

COMPETITIVIDADE. "A gente tem procurado cada vez mais melhorar a governança, levar investimentos, estruturar esses portos, para cada vez mais a gente poder ampliar as exportações e importações no Brasil, melhorando a nossa competitividade para o mercado internacional", disse o ministro.

Segundo Costa Filho, a prorrogação do programa Reporto garantiria previsibilidade para os investimentos no setor. "É importante registrar e agradecer que só o setor portuário aportou mais de R\$ 10 bilhões ao longo de 2023. Foi o maior volume nos últimos anos, o que significa mais renda, emprego e desenvolvimento no País. Estou muito confiante", disse.

No evento, Haddad defendeu a agenda de desoneração de investimentos e exportações no País, reiterada com prorrogação do programa de portos. Segundo ele, esse programa consideraria dois pilares da **reforma tributária** recém- aprovada pelo Congresso - justamente por prever a redução de **tributos** em investimentos e exportações. A desoneração de investimentos, disse, é a "espinha dorsal da **reforma tributária**".

"Não existe país que se desenvolva sem estímulo ao investimento e à exportação. O Brasil não pode se isolar. Tivemos recorde (de superávit) comercial de quase US\$ 100 bilhões (em 2023), e não existe país que se desenvolva sem investimento.

E sem investimento, ele (o crescimento da economia) não vai voltar, porque está em patamares muito aquém", disse.

Haddad ainda voltou a repetir que o tripé da nova matriz de desenvolvimento do País é o crescimento baseado na sustentabilidade fiscal, social e ambiental. "Vamos gerar emprego de qualidade, respeitar meio ambiente, tem de garantir desenvolvimento econômico.

Isso está consignado aqui neste ato (...). A melhoria

em malha portuária e ferroviária é estímulo para mais investimentos", afirmou.

OBSTÁCULOS. Renan Filho, dos Transportes, afirmou que a prorrogação do Reporto seria uma ferramenta importante para enfrentar os obstáculos aos investimentos em infraestrutura.

Para o ministro, ainda que a taxa de juros esteja em trajetória de queda, o patamar atual ainda é elevado e dificulta os investimentos. Somado a isso, ele destacou que a restrição fiscal também é um obstáculo para o setor. "Por isso, temos de fazer o trabalho possível para desonerar investimentos no País, e o Reporto representa isso." O ministro afirmou ainda que, mantendo as expectativas para 2024, há perspectiva de que os investimentos sejam impulsionados, inclusive com o avanço da redução da taxa de juros. Para ele, porém, o ano continuará sendo desafiador para o governo federal, embora de maior tranquilidade se comparado ao primeiro ano de gestão. "O ceticismo será dissipado com o êxito do trabalho que o governo vem fazendo." Os ministros reiteraram ainda que o Reporto está previsto na Lei Orçamentária Anual e que se trata de uma renovação de benefício. Ainda assim, disseram haver uma "possibilidade viva" de que o setor seja incluído em tratamento diferenciado ao longo da regulamentação da **reforma tributária**.

VALORES

R\$ 15 bilhões é a expectativa para os investimentos privados em portos ao longo deste ano, segundo o ministro Sílvio Costa Filho

R\$ 1 bilhão é o total de aportes do governo em projetos de modernização de portos no País esperado para 2024

R\$ 5 bilhões é o total de incentivos fiscais que serão concedidos em cinco anos pelo programa

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Prorrogação do Reporto tem custo estimado de até R\$ 5 bilhões

A extensão do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) até 2028, anunciada por Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos, terá um custo estimado entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões, com o impacto financeiro previsto de R\$ 2 bilhões em renúncia de receitas para o governo neste ano, conforme já incorporado no Orçamento de 2024, sancionado por Luiz Inácio Lula da Silva.

Costa ressaltou que o Reporto proporciona isenção de **impostos** para investimentos em modernização de portos e ferrovias, abrangendo Imposto de Importação, IPI, PIS e Cofins. Renan Filho, ministro dos Transportes, destacou a singularidade do incentivo fiscal, afirmando que os investimentos resultantes compensam amplamente a renúncia fiscal, com o setor produtivo investindo R\$ 50 para cada real de incentivo.

Silvio Costa mencionou a possibilidade de incluir tratamento diferenciado para investimentos portuários na regulamentação da **reforma tributária**, assegurando a continuidade do estímulo após 2028. Ele sublinhou a importância dos portos, responsáveis por 96% do comércio exterior brasileiro, com investimentos de R\$ 10 bilhões no último ano. Já Fernando Haddad, ministro da Fazenda, defendeu a desoneração de investimentos e exportações como fundamentais para o desenvolvimento sustentável, enfatizando a sintonia da prorrogação do Reporto com as diretrizes da **reforma tributária** e a política de desenvolvimento econômico e ambiental.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/24-01-2024-edicao24751/>

Incentivo a portos vai custar R\$ 5 bilhões até 2028, afirma ministro

Murillo Camarotto e Jéssica Sant"Ana

Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no final do ano passado, a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) terá um custo fiscal de aproximadamente R\$ 5 bilhões até 2028. A previsão foi revelada ontem pelo ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Segundo ele, a renúncia neste ano deve ser de cerca de R\$ 2 bilhões, pois há "muita demanda reprimida". Depois, de acordo com o ministro, a demanda recua.

O impacto fiscal do programa já está previsto no Orçamento aprovado pelo Congresso.

Presente à solenidade, o ministro dos Transportes, Renan Filho, fez questão de ressaltar que o Reporto é "diferente" dos incentivos tributários que o titular da Fazenda, Fernando Haddad, tentou reduzir.

"Esse incentivo desonera investimento e garante mais competitividade para as nossas exportações, que geram saldo de balança comercial de R\$ 100 bilhões", afirmou Renan Filho.

Ele também disse que há uma possibilidade "muito viva" de o benefício ser incluído na regulamentação da **reforma tributária** e, assim, se tornar permanente.

"Esse é o nosso interesse, a **reforma tributária** ainda será regulamentada", disse. Atualmente, o Reporto - que também inclui investimentos em ferrovias - é válido até dezembro de 2028.

Costa Filho comemorou a prorrogação e lembrou que o setor portuário investiu R\$ 10 bilhões no ano passado. Definida a questão do Reporto, a próxima prioridade da pasta será avançar a agenda de hidrovias no país.

Na pauta dos aeroportos, Costa Filho deve se reunir nos próximos dias com os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Silveira (Minas e Energia) para debater possíveis medidas de apoio às companhias aéreas, que enfrentam dificuldades financeiras desde a pandemia da covid-19.

De acordo com ele, Lula determinou que uma solução

para as empresas seja encontrada. O ministro ressaltou que o governo já adotou algumas medidas, mas que novas poderão ser anunciadas nas próximas semanas. A reunião será na Casa Civil.

Costa Filho afirmou que o governo do então presidente Jair Bolsonaro não contribuiu para o setor e que R\$ 30 bilhões do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) foram devolvidos ao Tesouro no fim de 2022 por não terem sido utilizados. Lembrou, ainda, que a gestão anterior não conseguiu reduzir o preço do querosene de aviação, o que ocorreu em 2023.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187772?page=1§ion=1>

O que é a prebenda, que opõe governo e evangélicos

MARLEN COUTO marlen.couto@oglobo.com.br

A mais recente fissura entre o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e evangélicos tem como ponto central as regras de pagamento de contribuições previdenciárias sobre salários de lideranças religiosas, como pastores e padres, e multas aplicadas pelo Fisco nos últimos anos. O embate teve início após a **Receita Federal** ter suspenso este mês um ato editado no governo de Jair Bolsonaro (PL) que beneficiava as igrejas. A legalidade da norma editada em 2022 é analisada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mas a Corte ainda não concluiu o julgamento.

Pela legislação, o pagamento a pastores e padres pela atividade religiosa para fins de subsistência, conhecido no meio evangélico como prebenda e no católico como cômputo, não é considerado uma forma de remuneração. Por isso, fica isento do pagamento da contribuição, por parte das igrejas, ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Nesse caso, os líderes religiosos atuam como autônomos e fazem sua contribuição individual.

Já as igrejas ficam liberadas de pagar ao **INSS** o equivalente a 20% do valor da prebenda, como no caso de empresas.

Esse repasse deve ser feito, no entanto, quando pastores e padres exercem outras atividades que não sejam o ofício religioso, como prestação de serviços administrativos, técnicos e de contabilidade, nas quais a contribuição é obrigatória.

CRITÉRIOS DIFERENTES A lei que estabeleceu essa isenção, em 2000, aponta que a prebenda não pode variar segundo a natureza ou a jornada de trabalho, além de se destinar apenas às atividades religiosas.

Entretanto, uma igreja pode pagar prebendas em valores diferentes para seus ministros, segundo critérios relacionados à função religiosa que desempenham, como a posição ocupada.

Já o valor pago a pastores e padres pode ser considerado remuneração (sobre a qual deve incidir a cobrança previdenciária das igrejas) quando há montantes diferenciados em razão da performance, metas de arrecadação, ou por critérios não

transparentes.

O advogado tributarista André Simão, sócio do escritório Leal Cotrim Advogados, explica que esse entendimento na lei levou a Receita a questionar igrejas evangélicas que determinaram pagamento de prebenda com base em arrecadações de dízimo ou no número de fiéis participantes dos cultos, em uma espécie de divisão de lucros.

Os auditores do Fisco passaram a apontar casos de pagamento de prebenda a quem não desempenhava atividades religiosas, mas burocráticas e administrativas, situações nas quais as igrejas deveriam pagar a contribuição.

-Na maioria das igrejas no Brasil, o pastor recebe um salário mínimo ou valor pequeno.

A discussão não tem a ver com essa realidade, mas com a de megaigrejas, que passaram a ter remunerações que variam conforme a arrecadação e outros fatores - aponta Simão.

-É um debate que não tem a ver com a igreja, mas com peso da tributação sobre as folhas de pagamento e que ocorre em outros setores econômicos.

A atuação da Receita levou, então, a uma série de mudanças no regimento do tema com o objetivo de detalhar pagamentos que não devem ser considerados remunerações.

Em 2015, no governo Dilma, foi aprovada uma primeira lei para ampliar o escopo. Definiu-se que ajudas de custo com moradia, transporte e formação educacional também ficariam isentos de contribuição previdenciária.

Apesar da mudança, as aplicações de multas continuaram até 2020. Naquele ano, porém, o Congresso aprovou uma lei e determinou a anulação de cobranças por não pagamento da contribuição previdenciária.

A Receita manteve as cobranças sobre remunerações variáveis. Em agosto de 2022, durante a gestão de Jair Bolsonaro, um ato da Receita permitiu a diferenciação dos valores pagos em prebenda, que poderia variar de acordo com antiguidade, grau de

instrução, irredutibilidade dos valores, número de dependentes, posição hierárquica e local do domicílio do beneficiário. Os efeitos desse ato foram agora suspensos pela Receita, no governo Lula.

"INVASÃO DE COMPETÊNCIA" Ainda em 2022, o caso foi parar no TCU, que analisa se essa interpretação do ato amplia as possibilidades de isenção às igrejas. A suspensão dos efeitos da medida gerou um embate entre lideranças evangélicas e o governo Lula. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu na semana passada com integrantes da Frente Parlamentar Evangélica.

Em entrevista ao Roda Viva, anteontem, ele afirmou que foi feita uma "baita confusão" na discussão sobre a contribuição sobre salários de pastores.

O ministro afirmou que cabe ao TCU apurar o ato do governo Bolsonaro e já mobilizou a Advocacia-Geral da União (AGU) para disciplinar a interpretação da lei, caso seja apontada a invalidade.

-Isso dá segurança para todo mundo. Nós temos que sair dessa chave que esquenta muito o debate e que não traz luz e clareza. Nós vamos conversar - declarou.

O Sindicato dos Auditores Fiscais da **Receita Federal**, por exemplo, entende que a medida "invadiu a competência do Congresso", "a quem cabe conferir e limitar isenções tributárias no âmbito da União Federal", e que ela "cerceava" as possibilidades de os auditores fiscais verificarem o pleno cumprimento dos requisitos legais.

O sindicato também lembra que, quando o ato foi publicado, a lista pública de inscritos na Dívida Ativa da União apontava que as instituições confessionais detinham um débito de R\$ 1,02 bilhão, sendo R\$ 951 milhões relativos à Previdência.

Já o deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), liderança evangélica no Congresso, rebate a interpretação de que houve ampliação de isenção às igrejas: -O ato declaratório não é por questões de variações de salário, mas para balizar e dar padrão aos auditores quando fossem fazer auditorias em instituições religiosas e evitar interpretações que estavam produzindo multas indevidas, não visava à isenção.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Prebenda : saiba o que é a contribuição sobre salários de lideranças religiosas, que opõe o governo e evangélicos

A mais recente fissura entre o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e evangélicos tem como ponto central as regras de pagamento de contribuições previdenciárias sobre salários de lideranças religiosas, como pastores e padres, e multas aplicadas pelo Fisco nos últimos anos. O embate teve início após a **Receita Federal** ter suspenso este mês um ato editado no governo de Jair Bolsonaro (PL) que beneficiava as igrejas. A legalidade da norma editada em 2022 é analisada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mas a Corte ainda não concluiu o julgamento.

Pela legislação, o pagamento a pastores e padres pela atividade religiosa para fins de subsistência, conhecido no meio evangélico como prebenda e no católico como cônica, não é considerado uma forma de remuneração. Por isso, fica isento do pagamento da contribuição, por parte das igrejas, ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Nesse caso, os líderes religiosos atuam como autônomos e fazem sua contribuição individual. Já as igrejas ficam liberadas de pagar ao **INSS** o equivalente a 20% do valor da prebenda, como no caso de empresas. Esse repasse deve ser feito, no entanto, quando pastores e padres exercem outras atividades que não sejam o ofício religioso, como prestação de serviços administrativos, técnicos e de contabilidade, nas quais a contribuição é obrigatória.

A lei que estabeleceu essa isenção, em 2000, aponta que a prebenda não pode variar segundo a natureza ou a jornada de trabalho, além de se destinar apenas às atividades religiosas. Entretanto, uma igreja pode pagar prebendas em valores diferentes para seus ministros, segundo critérios relacionados à função religiosa que desempenham, como a posição ocupada.

Já o valor pago a pastores e padres pode ser considerado remuneração (sobre a qual deve incidir a cobrança previdenciária das igrejas) quando há montantes diferenciados em razão da performance, metas de arrecadação, ou por critérios não transparentes.

O advogado tributarista André Simão, sócio do

escritório Leal Cotrim Advogados, explica que esse entendimento na lei levou a Receita a questionar igrejas evangélicas que determinaram pagamento de prebenda com base em arrecadações de dízimo ou no número de fiéis participantes dos cultos, em uma espécie de divisão de lucros.

Os auditores do Fisco passaram a apontar casos de pagamento de prebenda a quem não desempenhava atividades religiosas, mas burocráticas e administrativas, situações nas quais as igrejas deveriam pagar a contribuição.

-Na maioria das igrejas no Brasil, o pastor recebe um salário mínimo ou valor pequeno. A discussão não tem a ver com essa realidade, mas com a de megaigrejas, que passaram a ter remunerações que variam conforme a arrecadação e outros fatores - aponta Simão.

-É um debate que não tem a ver com a igreja, mas com peso da tributação sobre as folhas de pagamento e que ocorre em outros setores econômicos.

A atuação da Receita levou, então, a uma série de mudanças no regramento do tema com o objetivo de detalhar pagamentos que não devem ser considerados remunerações. Em 2015, no governo Dilma, foi aprovada uma primeira lei para ampliar o escopo. Definiu-se que ajudas de custo com moradia, transporte e formação educacional também ficariam isentos de contribuição previdenciária.

Apesar da mudança, as aplicações de multas continuaram até 2020. Naquele ano, porém, o Congresso aprovou uma lei e determinou a anulação de cobranças por não pagamento da contribuição previdenciária.

A Receita manteve as cobranças sobre remunerações variáveis. Em agosto de 2022, durante a gestão de Jair Bolsonaro, um ato da Receita permitiu a diferenciação dos valores pagos em prebenda, que poderia variar de acordo com antiguidade, grau de instrução, irredutibilidade dos valores, número de dependentes, posição hierárquica e local do domicílio do beneficiário. Os efeitos desse ato foram agora

suspensos pela Receita, no governo Lula .

Ainda em 2022, o caso foi parar no TCU, que analisa se essa interpretação do ato amplia as possibilidades de isenção às igrejas. A suspensão dos efeitos da medida gerou um embate entre lideranças evangélicas e o governo Lula. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad , se reuniu na semana passada com integrantes da Frente Parlamentar Evangélica.

Em entrevista ao Roda Viva, anteontem, ele afirmou que foi feita uma "baita confusão" na discussão sobre a contribuição sobre salários de pastores. O ministro afirmou que cabe ao TCU apurar o ato do governo Bolsonaro e já mobilizou a Advocacia-Geral da União (AGU) para disciplinar a interpretação da lei, caso seja apontada a invalidade.

-Isso dá segurança para todo mundo. Nós temos que sair dessa chave que esquenta muito o debate e que não traz luz e clareza. Nós vamos conversar - declarou.

O Sindicato dos Auditores Fiscais da **Receita Federal**, por exemplo, entende que a medida "invadiu a competência do Congresso", "a quem cabe conferir e limitar isenções tributárias no âmbito da União Federal", e que ela "cerceava" as possibilidades de os auditores fiscais verificarem o pleno cumprimento dos requisitos legais.

O sindicato também lembra que, quando o ato foi publicado, a lista pública de inscritos na Dívida Ativa da União apontava que as instituições confessionais detinham um débito de R\$ 1,02 bilhão, sendo R\$ 951 milhões relativos à Previdência.

Já o deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), liderança evangélica no Congresso, rebate a interpretação de que houve ampliação de isenção às igrejas:

-O ato declaratório não é por questões de variações de salário, mas para balizar e dar padrão aos auditores quando fossem fazer auditorias em instituições religiosas e evitar interpretações que estavam produzindo multas indevidas, não visava à isenção.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/01/24/preb-enda-saiba-o-que-e-a-contribuicao-sobre-salarios-de-liderancas-religiosas-que-opoe-o-governo-e-evangelicos.ghtml>

Mais de 50 mil vagas neste ano

Verônica Aguiar

A Lei Orçamentária Anual (LOA), publicada ontem no Diário Oficial da União, prevê 50.570 vagas em concursos até o fim deste ano. Do total, 47.251 vagas para funções que já existem e 3.367 serão para cargos que serão criados.

O Poder Executivo é o que terá mais oportunidades com 40.752 vagas. Para o Judiciário serão 8.759 vagas. No Legislativo serão 570, enquanto na Defensoria Pública da União, 134, e no Ministério Público da União, 355.

O professor José Quirino, do Jus Cursos, explicou que existe uma grande expectativa em relação a um novo concurso do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). "Esse é o carro chefe". Ele explicou que há necessidade de técnicos, médicos e peritos no órgão que precisam ser supridas.

Ele também destacou a expectativa de abertura de concursos para Casa da Moeda, Caixa Econômica Federal (CEF), Controladoria Geral da União (CGU), Ministério Público da União (MPU), Correios, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e também para a **Receita Federal** (RF).

"Grande parte desses órgãos estão passando por reestruturação, ou seja, criação de novos cargos", lembrou o professor. Ele explicou que os Correios, por exemplo, ficaram muitos anos sem concurso por conta da onda de privatização. "Com a nova gestão federal o assunto foi engavetado e tem que contratar mais gente".

Entre as vagas, Quirino acredita que surjam oportunidades para profissionais que fazem desde a distribuição de cartas até o atendimento em posto fixo. Ele destacou que, com as vendas digitais, o correio tem um papel muito importante na entrega de produtos.

O texto da lei não especifica para quais cargos essas vagas serão abertas. O documento não autoriza a realização de concursos, mas a ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, confirmou que novas seleções deverão ser autorizados este ano, conforme informações da Folha Dirigida.

Além disso, ela deixou claro que a intenção é que o Concurso Nacional Unificado, conhecido como Enem dos Concurso, seja realizado a cada dois anos.

Especialistas ressaltam que quem deseja fazer as provas deve estudar a teoria e praticar resolvendo questões.

ESTHER DWECK prevê 3 milhões de inscritos. O cadastro pode ser feito até o dia 9 de fevereiro e já há mais de 500 mil candidatos confirmados

Até 6a para isenção de taxa no "Enem dos Concursos"

O Concurso Nacional Unificado, conhecido como "Enem dos Concursos", já tem mais de 500 mil inscritos. O prazo para pedir isenção da taxa de inscrição termina nesta sexta-feira (26). Já as inscrições vão até 9 de fevereiro. A taxa é de R\$ 60 para nível médio e RS 90 para o superior.

O número de inscrições foi divulgado pelo Ministério da Gestão e da Inovação. Segundo a pasta, tem isenção os integrantes do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), quem já fez ou faz faculdade pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) ou pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e doadores de medula óssea.

A prova será no dia 5 de maio. De acordo com o Ministério Gestão e da Inovação do governo federal, são previstos mais de 3 milhões de candidatos. As provas serão aplicadas ao mesmo tempo em 220 cidades do País, com 5.141 locais de aplicação previstos.

O concurso será dividido em blocos temáticos. Fazendo uma única inscrição o candidato disputará um posto em diferentes órgãos, dentro desse bloco.

Esse tipo de concurso contribui para tomar o serviço público mais diverso, além disso também tende a proporcionar mais economia para o governo para sua realização, segundo a Secretaria de Comunicação Social.

FUNCIONÁRIO DOS CORREIOS, uma das estatais que vão abrir concursos este ano: reforço no quadro de pessoal

SAIBA MAIS

Previsão de chances na **Receita Federal**

Distribuição das vagas

PODER EXECUTIVO: 40.752 vagas (40.555 para ocupar cargos que já existem e 197 para ocupar cargos que serão criadas).

PODER JUDICIÁRIO: 8.759 vagas (5.704 para ocupar cargos que já existem e 3.055 para ocupar cargos que serão criados).

PODER LEGISLATIVO: 618 vagas (594 vagas para ocupar cargos que já existem e 24 para ocupar cargos que serão criados).

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO: 134 vagas (43 para ocupar cargos que já existem e 91 para ocupar cargos que serão criados).

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO: 355 vagas (todas para ocupar cargos que já existem).

Judiciário

Distribuição das vagas:

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: 64 vagas.

SUPERIOR TRIBUNAL de Justiça (STJ): 138 vagas.

JUSTIÇA FEDERAL: 1.475 vagas (850 vagas para provimento e 625 para criação).

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO: 1.395 vagas.

JUSTIÇA ELEITORAL: 2.066.

JUSTIÇA DO TRABALHO: 1.876

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
1.690

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: 145 vagas.

Legislativo

Distribuição das vagas

CÂMARA DOS DEPUTADOS: 185 vagas.

SENADO: 270 vagas.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: 163 vagas.

MPU

O MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO tem 355 vagas a serem ocupadas este ano. São 42 para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e 5 para a Escola Superior do MPU.

Expectativa

ENTRE OS DIVERSOS concursos esperados para 2024, o professor José Quirino, do Jus Concursos, destacou os da Casa da moeda, Caixa econômica Federal (CEF), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Controladoria Geral da União (CGU), Correios, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e **Receita Federal** (RF).

COMO MUITOS desses órgãos estão passando por reestruturação são esperadas vagas para cargos que já existem e que serão criados.

Concurso Unificado

COM INSCRIÇÕES ABERTAS, o concurso público nacional unificado vai disponibilizar 6.640 vagas em 21 órgãos federais. As inscrições encerram dia 9 de fevereiro.

A PROVA SERÁ no dia 5 de maio. De acordo com o Ministério da Comunicação do Governo Federal são previstos mais de 3 milhões de candidatos.

INSCRIÇÕES: para realizar a inscrição o candidato deve acessar a própria conta na plataforma Gov.br, preencher os formulários e anexar os documentos exigidos no edital. É nesse momento que o candidato vai um dos oito blocos temáticos para disputar as oportunidades.

O PRAZO PARA PEDIR ISENÇÃO vai até sexta-feira, 26. Tem isenção os integrantes do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), quem já fez ou faz faculdade pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) ou pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e quem faz doação de medula óssea.

Estudos

PROFESSORES da área destacam que além de estudar a teoria, realizar exercícios é muito importante para quem deseja garantir um bom desempenho na prova.

Fonte: Folha Dirigida, Agência Senado. Governo Federal. José Quirino

Benefícios com correção já podem ser consultados

INSS O valor de benefícios e auxílios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), referentes ao mês de janeiro, já pode ser conferido a partir de ontem pelos canais de atendimento do órgão. Nos extratos já constam os reajustes referentes ao aumento do salário mínimo e a correção do índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Segundo divulgou o instituto, os créditos para quem recebe até um salário mínimo começam a ser depositados no dia 25.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Aposentado já pode fazer consulta sobre aumento

O valor de benefícios e auxílios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) referentes ao mês de janeiro já pode ser conferido pelos canais de atendimento do órgão. Nos extratos já constam os reajustes referentes ao aumento do salário mínimo e a correção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Segundo divulgou o Instituto por meio de nota os créditos para quem recebe até um salário mínimo começam a ser depositados no dia 25 de janeiro e terminam em 7 de fevereiro. São quase 26 milhões de beneficiários que terão o pagamento reajustado em 6,97%. Já para quem recebe acima de R\$ 1.412, valor do piso nacional, os depósitos começam a ser feitos em 1º de fevereiro. Esses beneficiários somam pouco mais de 13 milhões de pessoas, que terão um aumento de 3,71%.

No caso dos segurados que recebem uma quantia acima do piso e que começaram a receber o benefício em 2023, os valores serão reajustados de forma proporcional ao mês de concessão, podendo variar de 0,55% para quem passou a receber em dezembro até o percentual total de 3,71% para quem passou a ser beneficiário em janeiro de 2023. É importante que o aposentado ou pensionista que recebe o benefício há menos de um ano fique atento.

Se, por exemplo, o beneficiário se aposentou e passou a receber o valor em julho, o aumento será de 0,99%.

É possível conferir o extrato e saber a data exata do pagamento tanto pelo site quanto pelo aplicativo Meu **INSS**. Há também a possibilidade de contato telefônico com a Central 135.

Por telefone, entretanto, o atendimento tem um período limitado e fica disponível de segunda- feira até sábado, sempre das 7h às 22h.

PERCENTUAIS

Terá índice proporcional quem ganha acima do mínimo e se aposentou entre fevereiro e dezembro de 2023.

Janeiro (alta integral): 3,71%

Fevereiro: 3,23%

Março: 2,44%

Abril: 1,79%

Maió: 1,26%

Junho: 0,89%

Julho: 0,99%

Agosto: 1,08%

Setembro: 0,88%

Outubro: 0,77%

Novembro: 0,65%

Dezembro: 0,55%

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=16307&edicao=10967>

INSS reduz o tempo de concessão de benefícios de 79 para 47 dias

Ana Paula Branco/Folhapress

São Paulo - Nos últimos 12 meses, o tempo médio de concessão de aposentadorias, pensões, salário-maternidade e auxílios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) caiu de 79 para 47 dias, segundo o Portal da Transparência Previdenciária. O resultado de dezembro de 2023 aproxima o instituto do prazo de 45 dias estipulado pela lei para análise de requerimentos.

O levantamento leva em conta os pedidos que estão no estoque, sem incluir aqueles que estão em exigência, aguardando o envio de alguma documentação do segurado.

Houve queda também na fila do **INSS**, com número de pedidos de análise passando de 1,6 milhão para 1,5 milhão. Deste total, mais de 538 mil pedidos são de auxílio por incapacidade temporária, que precisam ou não de perícia médica.

Para o governo federal, o recuo dos números vai continuar nos próximos meses e é uma resposta positiva às ações implementadas para cumprir o prazo legal, como a simplificação de requerimentos pelo Meu **INSS**; a implantação do Atestmed, que substitui a perícia presencial pela análise documental, e mutirões de atendimento nas agências da Previdência.

Embora a maioria dos pedidos dependa do **INSS** para serem concedidos ou indeferidos, muitos estão parados porque o segurado deve enviar algum documento complementar.

Preencher corretamente os dados evita que o pedido de concessão caia em exigência ou seja indeferido.

O trabalhador à espera de um benefício deve ficar atento ao status do seu pedido, conferir se a documentação foi recebida e se preparar para ter documentos comprobatórios à mão caso seja chamado para cumprir alguma exigência.

O cumprimento de exigências é informado ao segurado por meio de carta, email e pelo Meu **INSS** (aplicativo ou site).

O prazo para responder ao instituto com as informações solicitadas é de 30 dias, contados a partir da data da ciência pelo interessado. Este prazo poderá

ser prorrogado desde que haja solicitação formal e justificada do interessado. Se perder o prazo da entrega dos documentos solicitados, o trabalhador terá o pedido extinto.

Em dezembro do ano passado, mais de 84,5 mil pedidos estavam na fila de exigências há mais de 45 dias.

"Documentos todos certos agilizam a análise e a liberação do benefício por parte do **INSS**."

Quando isso não acontece, cria-se um problema para o segurado, que não terá a concessão, e para o **INSS** também, pois a fila de espera não anda", afirma o coordenador de Benefícios da Superintendência Regional do **INSS** no Rio de Janeiro, Flávio Souza.

Pendências - No caso da aposentadoria por tempo de contribuição, as pendências mais comuns detectadas pelos servidores do **INSS** que analisam os requerimentos são a falta de comprovação de período de recolhimento das contribuições previdenciárias e quando o segurado não anexa a Carteira de Trabalho no pedido de concessão.

Já nos pedidos de benefício por incapacidade (auxílio-doença), o grande complicador que pode levar ao indeferimento da concessão é a falta da data de afastamento do trabalho no requerimento.

Segundo levantamento da Previdência, 48% dos pedidos feitos no mês passado ao **INSS** foram indeferidos por falta do direito ou de alguma informação no requerimento.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-24-01-2024/>

Extrato de benefícios do INSS com correção já pode ser consultado

O valor de benefícios e auxílios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), referentes ao mês de janeiro, já pode ser conferido desde ontem (23) pelos canais de atendimento do órgão. Nos extratos já constam os reajustes referentes ao aumento do salário mínimo e a correção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Segundo divulgou o instituto, por meio de nota, os créditos para quem recebe até um salário mínimo começam a ser depositados no dia 25 de janeiro e terminam em 7 de fevereiro. São quase 26 milhões de beneficiários que terão o pagamento reajustado em 6,97%.

Quem recebe acima de R\$ 1.412, valor do piso nacional, será pago em 1º de fevereiro.

Esses beneficiários somam pouco mais de 13 milhões de pessoas, que terão um aumento de 3,71%.

No caso dos segurados que recebem acima do piso e que começaram a receber o benefício em 2023, os valores serão reajustados de forma proporcional ao mês de concessão, podendo variar de 0,55%, para quem passou a receber em dezembro, até o percentual total de 3,71%, para quem passou a ser beneficiário em janeiro de 2023.

É possível conferir o extrato e saber a data do pagamento tanto pelo site ou aplicativo Meu **INSS**, quanto pela Central 135.

Por telefone, o atendimento fica disponível de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5

Publicado em 24/01/2024 - 07:00
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta quarta-feira (24) a parcela de janeiro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 5.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 685,61. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 21,12 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,48 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até 6 meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos idade e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos de idade.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos 10 dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 3,7 milhões de famílias foram canceladas do programa em 2023 por terem renda acima das regras estabelecidas pelo

Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 2,85 milhões de famílias foram incluídas no programa no ano passado. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,4 milhões de famílias estão na regra de proteção em janeiro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até 2 anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 373,07.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada 2 meses, o pagamento voltará em fevereiro.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-01/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-5>

INSS atualiza a margem do benefício que pode ser usada em empréstimo consignado (inss)

Beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) já podem conferir a nova margem de empréstimo consignado pelo Meu **INSS** (site e aplicativo). O limite varia de acordo com a renda previdenciária do segurado.

Para quem recebe um salário mínimo, o valor máximo do benefício que pode ser comprometido com o pagamento das parcelas do empréstimo consignado passa de R\$ 462 para R\$ 494,20, neste ano.

O crédito consignado para aposentados e pensionistas do **INSS** tem os menores juros do mercado, porque as parcelas são descontadas diretamente do salário ou da aposentadoria, o que dá garantia à instituição financeira de que o dinheiro emprestado será devolvido.

Atualmente, o teto para o empréstimo consignado convencional é de 1,76% ao mês. Nas operações de cartão de crédito e cartão consignado de benefícios, a taxa máxima de juros é de 2,61% ao mês.

Pelas regras atuais, o aposentado ou pensionista do **INSS** pode comprometer até 45% do benefício, sendo:

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Para evitar o assédio de bancos e instituições financeiras, o **INSS** bloqueia todo benefício novo para a contratação de empréstimos por 90 dias, contatos a partir da data da concessão.

Após este prazo, o segurado pode solicitar que a operação seja liberada por meio do Meu **INSS** ou ligando para o número 135.

As taxas de juros oferecidas pelos bancos variam conforme o perfil do cliente. O ideal é pesquisar para obter o melhor negócio

Não clique em nenhum link que receber por email

Se estiver em dúvida sobre a veracidade da

mensagem, ligue para o telefone 135, do **INSS**, ou entre no Meu **INSS**

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/01/inss-atualiza-a-margem-do-beneficio-que-pode-ser-usada-em-emprestimo-consignado.shtml>

Projetos devem ser concluídos em até 60 dias

» DENISE ROTHENBURG » ROSANA HESSEL »
RAPHAEL PATI* *Estagiário sob a supervisão de Carlos
alexandre de Souza

» Entrevista | BERNARD APPY | SECRETÁRIO DE
REFORMA TRIBUTÁRIA

O secretário extraordinário de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, está otimista com a regulamentação do novo modelo de **impostos** no Congresso Nacional.

Segundo ele, as discussões produzirão, pelo menos, três projetos de lei complementares. A expectativa do secretário é elaborar as novas regras dentro de 60 dias e aprovar os PL no primeiro semestre deste ano, prazo que ele considera "puxado".

"Esse é um ano de eleição municipal, e o Congresso tende a reduzir muito os trabalhos no segundo semestre. Para poder tentar viabilizar a aprovação ainda neste ano, é óbvio que a gente ainda não tem certeza, mas é o que seria o ideal, a pressão é para que seja enviado muito cedo. Já tem um trabalho feito e não vai partir do zero, mas vai ser puxado mesmo assim", explicou Appy, ontem, ao CB.Poder, programa em parceria do Correio e da TV Brasília.

Segundo ele, a expectativa é de que os futuros relatores dos projetos de lei participem das conversas dos grupos de trabalho que estão sendo formados para definir as propostas.

Um dos itens que serão regulamentados é o cashback, que deverá ser ampliado em relação à proposta da reforma. "De repente, dependendo de como for a regulamentação da cesta básica, talvez fique uma parte da cesta básica com alíquota zero e outra parte com alíquota reduzida em cashback, essas são questões que vão ser definidas, mas é uma possibilidade dentro dessa regulamentação. O Brasil tem estrutura para fazer isso, então nós não temos problema operacional", acrescentou. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista:

Como está a regulamentação?

Estamos iniciando um trabalho de elaboração de projetos de lei de regulamentação da **reforma tributária**.

Já existe um trabalho prévio feito pelo Ministério da Fazenda, mas montamos uma série de grupos de

trabalho junto com estados e municípios, para poder elaborar esses grandes projetos de lei e discutir temas específicos. Na verdade, não tem como separar. A regulamentação da **reforma tributária** é, basicamente, como um bloco, porque eu não tenho como regulamentar uma parte e regulamentar outra, porque todas elas afetam o desenho do sistema. Então a nossa avaliação é de que (a regulamentação) vai ter que ser enviada "em bloco" para o Congresso. A primeira reunião da Comissão de Sistematização, que vai coordenar os trabalhos, deve ocorrer nesta semana, e a partir dessa reunião, nós temos 60 dias para concluir esses trabalhos.

Serão quantos projetos de lei nesse bloco?

Isso ainda não está definido. Em princípio seriam três. Um que regulamenta o Imposto sobre os Bens e Serviços (IBS), que é dos estados e municípios, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a cargo do governo federal. Outro projeto de lei para criar o comitê gestor, que é o órgão que vai ser gerido conjuntamente com estados e municípios para gerir o IBS. E um PL para tratar sobre imposto seletivo.

Esse comitê gestor também vai gerir o fundo para estados e municípios?

Não. Tem dois fundos. Um é o Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional (FNDR), que são recursos da União que vão ser transferidos para estados e municípios a partir de 2029. Nesse fundo, os estados e municípios vão ter autonomia dentro de parâmetros definidos já na emenda constitucional, vão ter autonomia para a aplicação dos recursos, visando o seu desenvolvimento regional.

Tem outro fundo que é um fundo temporário de compensação de benefícios fiscais, que tem uma transição. Começa em 2029 e vai até 2033 e esse fundo vai servir para compensar as empresas, que vão ter redução de benefícios fiscais, em função dessa transição, para dar segurança jurídica.

Qual mecanismo irá garantir que em 2032 realmente haja a reforma?

Na verdade, a reforma já começou antes. Em 2027 já tem a mudança dos **tributos** federais, e em 2029 já começa a mudança nos **tributos** de estados e municípios, fora um período de teste em 2026. Mas esse risco não existe basicamente porque há uma transição, que vai reduzindo progressivamente as

alíquotas dos **tributos** estaduais e municipais. Se você dissesse que vai mudar tudo de uma vez só, aí você teria razão. Nesse caso, como tem a transição, eu acho que esse risco não existe.

Como vai funcionar o cashback?

A regulamentação do cashback ficou para essas leis complementares. O que é certo é que a emenda constitucional exige cashback em duas situações: na conta de energia elétrica e na compra do gás de cozinha. No caso da conta de energia, tudo isso vai ser regulamentado, mas muito provavelmente, virá direto na conta de luz. Em outros casos, ainda vai ser definido, mas o Brasil tem estrutura e poder para fazer isso. O Brasil, tanto tem uma estrutura de cadastro único de programas sociais muito abrangente, como também tem estrutura de você, na hora em que fizer uma compra, dar o seu CPF, e já tem isso registrado.

Há 19 grupos de trabalho. não é demais?

Na verdade, são 20 grupos, porque tem os 19 grupos técnicos, mais a Comissão de Sistematização, que vai consolidar todo o trabalho, e mais um grupo de análise jurídica, que é de apoio, e uma equipe de quantificação.

Mas os grupos tratam de temas muito específicos. Depois tudo isso vai ser consolidado na Comissão de Sistematização em poucos projetos de lei.

Quanto tempo vai levar esse trabalho?

Sessenta dias. É um prazo bem puxado, mas tem uma pressão muito grande para que o projeto seja enviado o mais cedo possível para o Congresso Nacional, porque esse é um ano de eleição municipal, e o Congresso tende a reduzir muito os trabalhos no segundo semestre. Então, para poder tentar viabilizar a aprovação ainda neste ano, é óbvio que a gente ainda não tem certeza, mas é o que seria o ideal, a pressão é para que seja enviado muito cedo.

É óbvio que já tem um trabalho feito e não vai partir do zero, mas vai ser puxado mesmo assim.

Esses grupos vão ser compostos por quem?

Vão ter representantes com direito a voto da União, dos estados e municípios. Sempre paritário.

Na maioria dos grupos, dois, dois e dois. E os grupos podem convidar pessoas da sociedade civil para participar dos debates.

não vai ser difícil chegar a um acordo em 60 dias?

Acho que se for bem conduzido o debate, é possível, sim, fazer no prazo.

"O que é certo é que a emenda constitucional exige cashback em duas situações: na conta de energia elétrica e na compra do gás de cozinha"

Governo estuda gestão unificada de CBS e IBS

VICTORIA ABEL victoria.abel@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA -

O governo federal, junto com representantes de estados e municípios, avalia desenvolver um único sistema de gestão dos **impostos** criados com a **Reforma Tributária**, aprovada em 2023 e que será regulamentada neste ano. A ideia é unificar o controle de arrecadação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), resultado da fusão dos **impostos** federais IPI, PIS e Cofins, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - que unifica o ICMS, estadual, e o ISS, municipal.

Dessa forma, não seria necessário cada estado criar um sistema.

Integrantes do Ministério da Fazenda afirmam que a central conectaria os dados da União ao Comitê Gestor, que vai administrar a receita do IBS para estados e municípios.

O modelo de arrecadação e distribuição dos novos **tributos** será detalhado em projeto de lei complementar, que deve ser apresentado pelo governo ao Congresso em março.

A princípio, de acordo com a reforma, a distribuição da receita para cada estado e município deverá ocorrer na mesma proporção do consumo dos entes federativos, já que a incidência dos **impostos** será no destino dos produtos.

MUNICÍPIOS TÊM DÚVIDAS As cidades devem receber duas parcelas do IBS: uma diretamente, cuja alíquota poderá ser determinada pelos próprios municípios; e outra, de maneira indireta, por meio de repasse do estado, como já ocorre hoje com parte do ICMS (25% são repassados às cidades). Haverá uma alíquota de referência, que poderá ser alterada em cada ente por lei própria.

- Parece lógico que eles (CBS e IBS) funcionem em uma mesma plataforma, já que utilizam a mesma base de cálculo. Acredito que a questão da autonomia (das prefeituras) foi superada com a possibilidade de uma alíquota que caberá às cidades ser definida por cada município - disse o secretário de Fazenda de Porto Alegre (RS), Rodrigo Fantinel.

Uma série de incertezas, porém, ainda preocupa os gestores locais. A principal delas é a dúvida sobre a definição do que será considerado como destino dos produtos - hoje o imposto é cobrado na origem.

-Para onde vai o dinheiro?

Para onde mora o comprador, o CPF dele? Isso vai ser definido agora - disse o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

Outra preocupação é como serão as regras de distribuição da arrecadação de produtos que tenham regimes específicos, como o setor financeiro, que hoje é um dos principais pagadores de ISS para os municípios.

-As cidades médias, todas elas, finalizaram 2023 perto do limite prudencial do orçamento.

Não podemos ter perda.

Os critérios da distribuição de arrecadação e dos fundos de recomposição são os principais pontos - defendeu o prefeito de Santo André (SP), Paulo Serra.

REVISÃO DO FPM Para o secretário executivo da Frente Nacional de Prefeitos, Gilberto Perre, uma medida de compensação já existente, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), poderia ser modificada para atender cidades com potencial perda de arrecadação, como municípios com população consumidora menor, ou que hoje concentram indústrias.

O FPM rendeu ao menos R\$ 182 bilhões aos municípios em 2022.

- O FPM já demanda uma revisão há muitos anos.

Com a **Reforma Tributária**, temos mais um argumento para que o fundo seja revisado.

Não basta o critério populacional.

Existem cidades pequenas que não são pobres, possuem recursos dos royalties de petróleo, por exemplo - disse Perre.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

IR vai isentar até 2 mínimos, afirma Lula

Renan Truffi, Fabio Murakawa e Guilherme Pimenta

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que o governo isentará quem recebe até dois salários mínimos do pagamento de Imposto de Renda (IR). A mudança na tabela de isenção, segundo ele, será feita para se ajustar ao aumento do salário mínimo.

"Com o reajuste do salário mínimo, as pessoas parecem que vão voltar a pagar o Imposto de Renda, mas não vão. Porque nós vamos fazer as mudanças agora para quem ganhe até dois salários mínimos não pague Imposto de Renda. Eu tenho um compromisso de chegar até o fim do meu mandato isentando todo mundo que ganhar até R\$ 5 mil", disse o presidente em entrevista à Rádio Metrôpole, da Bahia.

Em maio do ano passado, o governo ampliou a faixa de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.212. Para isentar quem ganhava até dois salários mínimos à época, uma medida provisória incluiu desconto de R\$ 528 na fonte.

Já o salário mínimo subiu neste mês de R\$ 1.320 para R\$ 1.412.

Assim, o ajuste será necessário para manter a isenção à faixa de dois salários mínimos. Na entrevista, Lula também prometeu "ajustes" para taxar os mais ricos na segunda parte da **reforma tributária**, com foco na renda, que o governo pretende encaminhar ao Congresso neste ano.

"Nesse país, quem vive de dividendos não paga Imposto de Renda e quem vive de salário paga", afirmou. "O [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad sabe que temos que fazer esses reajustes, eles são difíceis porque na hora de abrir mão de um dinheiro a gente tem que saber da onde vai pegar outro dinheiro, mas vamos fazer tudo o que prometemos", afirmou o presidente.

Na segunda-feira, 22, em entrevista ao programa "Roda Viva", da TV Cultura, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já havia adiantado à imprensa que Lula pediu uma revisão da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda, à luz do novo salário mínimo.

Além disso, ontem, ele explicou que o plano da equipe econômica é ter, até o fim de janeiro, a conta dos impactos da nova revisão da faixa de isenção.

Para ter uma ideia, no início deste ano, o Unafisco

Nacional atualizou defasagem da tabela do IRPF com base no acumulado da **inflação** de 2023. Segundo a entidade, ao considerar o período desde 1996, há uma defasagem de 134% na faixa de isenção e 159,57% nas demais faixas. Cerca de 13,6 milhões de contribuintes estariam isentos com a correção integral da tabela, segundo a entidade.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187772?page=1§ion=1>

Presidente diz que veto a emendas vai ser explicado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que terá o "maior prazer" de se reunir com as lideranças do Congresso para explicar o veto de R\$ 5,6 bilhões em emendas no orçamento de 2024. A lei orçamentária foi sancionada na segunda-feira e esse foi o único veto de Lula.

- Ontem (segunda-feira), eu tive de vetar o orçamento, vetei R\$ 5,6 bilhões. E tenho o maior prazer em juntar lideranças, conversar com lideranças e explicar por que foi vetado - disse o presidente em entrevista à Rádio MetrÓpole, de Salvador (BA).

O veto atingiu as emendas de comissão. A versão aprovada pelo Congresso previa R\$ 16,7 bilhões para esse tipo de emenda, mas, com o veto, a previsão cai para R\$ 11,1 bilhões, valor ainda superior ao do ano passado (R\$ 7,5 bilhões). Os outros tipos de emendas, que são as individuais obrigatórias (R\$ 25 bilhões) e as de bancadas (R\$ 11,3 bilhões), não sofreram modificação.

As emendas de comissão são consideradas as "herdeiras" do orçamento secreto, extinto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2022, porque também seguem a lógica de distribuição segundo os interesses das cúpulas da Câmara dos Deputados e do Senado.

Segundo o governo, o corte foi necessário devido à diferença entre o IPCA estimado e o realizado - a **inflação** de 2023 fechou em 4,62%, mas as despesas foram calculadas sobre projeção de alta de 4,85% no indicador.

"Razoável"

Na entrevista, Lula afirmou que o orçamento de 2024 está sendo feito "com as condições que é possível fazer", citando aumento de investimentos na saúde e educação. O governo, porém, manteve o valor recorde de R\$ 4,9 bilhões do fundo eleitoral para campanhas municipais. O montante é bem superior ao que o governo havia proposto (R\$ 939,3 milhões) e mais de duas vezes superior ao das eleições de 2020 (R\$ 2 bilhões).

O presidente também minimizou os problemas na relação com o Congresso e, embora tenha reconhecido que as negociações são difíceis, afirmou

que as pautas do governo estão avançando em "percentual razoável, 60%, 70% do que a gente quer", citando exemplos como o da **reforma tributária**.

- Quando mando um projeto de lei ao Congresso, não quero que os deputados aceitem com muita tranquilidade aquilo que eu mandei e aprovem. Mando projeto de lei na expectativa que eles vão fazer emenda, vão ser contra, vão ser a favor e, que nessa discussão, a gente encontre um caminho do meio e aprove uma coisa que seja plausível - disse.

O veto às emendas, no entanto, causou indignação entre parte dos parlamentares.

- Está se tornando normal o governo não honrar os compromissos feitos com as votações pelo Congresso Nacional. O orçamento foi aprovado por unanimidade, então é um absurdo - disse o líder do PL na Câmara, Altineu Cortes (RJ), ao jornal O Estado de S. Paulo.

Nos bastidores, as chances de o veto ser derrubado são consideradas grandes. Aliados do Planalto ainda avaliam que há margem para negociação no Legislativo.

"Está se tornando normal o governo não honrar os compromissos feitos com as votações pelo Congresso Nacional. O orçamento foi aprovado por unanimidade, então é um absurdo.

ALTINEU CORTES

Deputado federal e líder do Pina Câmara

Site: https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240124&_gl=1*bta2e4*_gcl_au*MTcxNjUzNDA0My4xNzAyMTA5MDAx

Decisão ocorre até a próxima semana, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta segunda-feira (22) que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está em negociação com o Congresso tanto sobre a forma quanto sobre o conteúdo da medida provisória que trata da reoneração da folha.

Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, Haddad disse que espera que uma decisão sobre o tema seja tomada até a próxima semana. "Se vai ter outra medida provisória, outro projeto de lei, sinceramente, estou muito mais preocupado em sentar com os líderes da Câmara e do Senado para discutir um princípio." Segundo o ministro, ele ouviu o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), a respeito do que ele sentia dos líderes e levou o conteúdo da conversa ao presidente Lula. A MP do governo revogou a desoneração das empresas até 2027 e instituiu uma reoneração gradual da cobrança para vários setores.

A MP do governo propõe revogar a lei, com efeitos a partir de 1º de abril. Um grupo de 17 atividades passaria a pagar alíquota de 10% sobre a remuneração dos funcionários até um salário mínimo (hoje em R\$ 1.412) e 20% sobre o que exceder essa faixa. "A pior coisa que nós podemos fazer, neste momento, é usar um pretexto para frustrar um clima que foi construído no ano passado. Ninguém vai dar murro em ponta de faca. O que nós queremos é sentar e discutir um princípio justo, algo que faça sentido para o país. Vamos construir saída juntos, como fizemos no ano passado", disse o ministro.

Ele também afirmou que há quase um consenso entre os economistas de que a desoneração da folha de pagamento concedida aos setores precisa ser revista e que é preciso adotar um princípio de "gradualidade" presente na **reforma tributária** que passou no Congresso no fim do ano passado. (Folhapress)

Site: <https://opopular.com.br/digital/24-janeiro-2024/1o-caderno>

Reforma tributária em foco (Artigo)

YVON GAILLARD*

Após 30 anos de debates, a **reforma tributária** foi finalmente aprovada no último mês de dezembro. Em uma votação dividida em dois turnos, o texto passou pela Câmara, foi modificado pelo Senado, voltou para a análise dos deputados e agora foi promulgado no Congresso.

Ou seja, apesar de ter o objetivo de simplificar o sistema tributário e promover mudanças significativas na estrutura fiscal do país, muitas reformulações aconteceram na proposta. Consequentemente, isso traz uma série de implicações tanto para indivíduos quanto para empresas.

E, justamente por conta da relevância desse novo cenário na economia brasileira, é importante olharmos para alguns pontos específicos da reforma. Os 8 principais deles são: 1. Mudanças no texto do Senado - O primeiro texto aprovado pelo Senado sofreu algumas alterações. Por exemplo, foram excluídos regimes diferenciados com alíquotas reduzidas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), bem como setores que haviam sido inseridos em regimes específicos.

Outro destaque, nesse sentido, reforça o estímulo da proposta a determinadas economias regionais. É o caso da exclusão da disposição que definia que as Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) poderiam incidir sobre importação, produção ou comercialização de bens que tenham industrialização incentivada na Zona Franca de Manaus ou nas áreas de livre comércio. Ou ainda o corte dos dispositivos que previam um "prêmio" aos estados e municípios que mais arrecadassem no período de transição entre o sistema atual e o previsto na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45.

2. Fase de transição em 3 tempos - A fase de transição da **reforma tributária** será realizada em três etapas, abrangendo um período de 50 anos. A primeira, com duração de 7 anos, foca nos contribuintes e na implementação gradual do IBS. A segunda, que se estende por todo o intervalo de tempo, se concentra na partilha dos novos **tributos** entre estados e municípios. Por fim, a última implica na extinção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e na criação do Imposto Seletivo (IS).

3. IVA Dual - Peça-chave da reforma, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) é constituído pelo CBS e IBS. Aqui, a ideia é unificar diversos **tributos** federais, estaduais e municipais (PIS, Cofins e IPI no primeiro caso; ICMS e ISS no segundo), com a expectativa de promover uma base ampla de incidência sobre bens e serviços, além da não cumulatividade, desoneração de investimentos e princípio do destino.

4. 'Imposto do Pecado' - O já citado Imposto Seletivo, também conhecido como "imposto do pecado", é outro aspecto fundamental da proposta. Aplicado sobre a produção, venda ou importação de produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, o tributo visa incentivar comportamentos mais saudáveis e sustentáveis.

5. Cesta básica e cashback - A reforma mantém a criação de uma cesta básica nacional de alimentos isenta de **tributos**. Desse modo, as alíquotas previstas para os IVAs federal, estadual e municipal desses produtos serão reduzidas a zero, beneficiando a população em situação de vulnerabilidade social.

6. Isenções - Sobre esse tópico, a reforma inclui a isenção de dispositivos médicos, atividades de reabilitação urbana de zonas históricas, produtos de cuidados básicos à saúde menstrual, entre outros. A finalidade é aumentar o acesso a serviços essenciais e estimular setores estratégicos da economia nacional.

7. Tributação da renda e patrimônio - Neste âmbito, as regras trazem mudanças impactantes especialmente no que diz respeito à cobrança de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para bens de luxo, como jatinhos, iates e lanchas. O mesmo raciocínio se aplica à implementação de uma tributação progressiva sobre heranças.

8. Remuneração de auditores - Um último dispositivo que merece destaque é a permissão para auditores municipais e estaduais terem remuneração equivalente a dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Dessa forma, é estabelecido um padrão de salário para o funcionalismo público.

O que esperar da **reforma tributária**? - Não há dúvidas de que o Brasil precisava de uma **reforma tributária**. Nem por isso, as novas regras vão causar o impacto necessário à economia nacional. Muitos temas foram deixados de lado e, talvez, o país sinta essa lacuna em um período de médio a longo prazo.

No entanto, a nova legislação continua sendo um marco importante na nossa história fiscal, com o potencial de simplificar o sistema e torná-lo mais justo. Vamos acompanhar de perto sua implementação e avaliar com cuidado os seus efeitos, garantindo que as promessas de melhoria afetem positivamente a população brasileira.

YVON GAILLARD Co-founder e CEO da Dootax

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-24-01-2024/>

Corte de emendas intensifica embate contínuo por controle do Orçamento

BIANCA LIMA, GIORDANNA NEVES, DANIEL WETERMAN E SOFIA AGUIAR

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de vetar R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares na Lei Orçamentária Anual (LOA) explicitou o cabo de guerra permanente entre Executivo e Legislativo pelo controle do Orçamento federal.

O corte na fatia das chamadas emendas de comissão (originalmente de R\$ 16,7 bilhões) atingiu cerca de 10% do total de transferências parlamentares (R\$ 53 bilhões) previstas na LOA e ampliou o clima de desconfiança no Congresso. Lula justificou a medida afirmando que o Orçamento de 2024 está sendo feito "com as condições que é possível fazer". Mas parlamentares já discutem outra investida sobre os recursos com a criação de um modelo de pagamento de emendas mais rápido e com menos fiscalização que o tradicional.

Congressistas ouvidos ontem pelo Estadão/Broadcast avaliaram que a medida tomada por Lula tensiona ainda mais a relação entre os Poderes e demonstra a dificuldade do Executivo em cumprir acordos firmados com o Parlamento. Parlamentares não descartam a possibilidade de derrubada do veto, mas líderes da base governista reconhecem que ainda há espaço para negociação. Aliados do Planalto consideram que o alto valor destinado às emendas de comissão foi, inclusive, um movimento estratégico do Legislativo para ter uma "carta na manga" nas negociações, especialmente em ano de eleição de prefeitos e vereadores.

Lula expôs o clima de melindre com o Congresso ao afirmar ontem que terá "prazer" em se reunir com líderes do Legislativo para explicar o corte de emendas na sanção da LOA.

"Eu tive que vetar o Orçamento, vetei R\$ 5,6 bilhões. E tenho o maior prazer em juntar lideranças, conversar com lideranças e explicar o porquê que foi vetado", disse o presidente em entrevista à Rádio Metrôpole, de Salvador (BA).

MINISTÉRIOS. Lula citou o aumento de investimento na Saúde e Educação ao classificar o Orçamento deste ano como o "possível". O veto em emendas de comissão atinge, principalmente, os ministérios das

Cidades (R\$ 1,8 bilhão), Integração e Desenvolvimento Regional (R\$ 1,7 bilhão) e Turismo (R\$ 950,3 milhões). Juntas, essas três pastas concentram 80% dos valores cortados, segundo levantamento da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Na justificativa do veto, publicada ontem no Diário Oficial da União, o presidente afirma que os montantes serão realocados para políticas públicas que "sofreram redução considerável" na tramitação da Lei Orçamentária Anual no Congresso.

Na LOA, os valores das emendas de comissão já aparecem distribuídos em ações específicas, dentro dos respectivos ministérios - por isso é possível saber quais áreas foram as mais afetadas. Esse tipo de emenda - considerada herdeira do orçamento secreto - é de autoria das comissões permanentes da Câmara e do Senado.

O foco do veto deverá ser um complicador adicional para o governo. Isso porque os três ministérios mais atingidos são comandados por nomes próximos à cúpula do Congresso.

Celso Sabino, do Turismo, faz parte da cota do União Brasil dentro da Esplanada e é aliado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Em entrevista ao Estadão/Broadcast, logo após assumir o cargo, Sabino afirmou que um dos seus objetivos era turbinar o número de emendas destinadas ao setor para compensar o baixo orçamento da pasta.

Já Waldez Góes, da Integração, é ligado a Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e um dos nomes fortes para suceder a Rodrigo Pacheco (PSD-MG) no comando do Senado.

Jader Filho, titular das Cidades, foi uma indicação do MDB, uma das maiores bancadas do Senado. Ele é filho do senador Jader Barbalho (MDB-PA) e irmão mais velho do governador Helder Barbalho (MDB). O Ministério do Esporte, comandado por André Fufuca, também sofreu corte expressivo nas emendas de comissão: R\$ 510 milhões. Fufuca é ex-líder do PP na Câmara, mesmo partido de Lira.

RESISTÊNCIAS. Apesar de Lula manter no

Orçamento o valor recorde de R\$ 4,9 bilhões do fundo eleitoral para campanhas municipais deste ano, é dado como certo pelas bancadas que o veto às emendas sofrerá resistências por parte de deputados e senadores, que contam com essas verbas para irrigar seus redutos eleitorais.

"O clima é de uma espécie de indignação, porque está se tornando normal o governo não honrar os compromissos feitos com as votações pelo Congresso Nacional. O Orçamento foi aprovado por unanimidade, então é um absurdo", disse o líder do PL na Câmara, deputado Altineu Côrtes (RJ). "Independentemente do nosso partido ser de oposição, neste assunto todos os partidos participaram junto com o governo." Anteontem, o relator do Orçamento, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), disse que o Executivo se comprometeu a recompor os R\$ 5,6 bilhões vetados e afirmou que o Congresso buscaria "reconstruir isso junto com governo" nas próximas semanas.

No início de janeiro, em outro episódio que ampliou o atrito com o Congresso, Lula sancionou, com vetos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. Um dos trechos vetados tornava obrigatório o empenho de recursos para o pagamento de emendas impositivas em até 30 dias depois da divulgação da proposta. Esse item foi duramente contestado pelo governo enquanto a LDO tramitava no Congresso, por retirar do presidente o poder de definir o fluxo de liberação de emendas.

Agora, os parlamentares articulam um novo modelo de pagamento de emendas. A mudança fará com que o dinheiro seja pago antes do início das obras e sem a análise de um projeto que justifique o investimento. A proposta mexe com repasses da União para Estados e municípios, principalmente os que passam pela Caixa, banco controlado pelo PP, partido do presidente da Câmara (mais informações na pág. A8).

"SEMPRE DIFÍCIL". Na entrevista concedida ontem à rádio de Salvador, Lula afirmou que a relação com o Congresso Nacional está avançando com um "percentual razoável", de cerca de 60% a 70% em relação às pautas do governo. O petista tentou minimizar qualquer atrito na relação com o Poder Legislativo, mas reconheceu que negociar com a Câmara, Casa em que o Palácio do Planalto enfrenta maior resistência, é "sempre difícil".

"Quando mando um projeto de lei ao Congresso, não quero que os deputados aceitem com muita tranquilidade aquilo que eu mandei e aprovem.

Mando projeto de lei na expectativa de que eles vão fazer emenda, vão ser contra, vão ser a favor e que, nessa discussão, a gente encontre um caminho do

meio e aprove uma coisa que seja plausível para o benefício do povo brasileiro. E tem sido assim", disse o petista. "Negociar com a Câmara é sempre um prazer, sempre difícil." Lula insistiu no argumento de que a medida tomada na sanção à LOA foi a "negociação do possível". "Temos que conversar e, sinceramente, acho que o Congresso até agora fez o que tinha que fazer, votou tudo o que tinha que votar", comentou o presidente, citando a votação da **reforma tributária**. "As coisas estão indo, senão 100% do que a gente queria, mas um percentual razoável, 60%, 70% do que a gente quer." Na sua resposta, o presidente voltou a dizer que o PT tem poucos deputados e senadores em relação ao total de parlamentares das Casas Legislativas o que, portanto, aumenta a necessidade de o governo federal estabelecer constante diálogo com os congressistas.

"Tenho o maior prazer em juntar lideranças, conversar com lideranças e explicar o porquê que foi vetado" Luiz Inácio Lula da Silva Presidente da República

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Após vetar trechos do Orçamento, Lula terá de negociar com o Congresso

METRÓPOLES

Na volta do recesso parlamentar, em 5 de fevereiro, o Congresso deverá avaliar os vetos feitos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Lei Orçamentária Anual (LOA), o Orçamento da União para 2024. A sanção ocorreu na tarde de segunda-feira (22), com um veto do chefe do Executivo que incomodará os congressistas.

Lula brecou um trecho que aumentaria em R\$ 5,6 bilhões as emendas dos parlamentares.

O acordo com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), era de uma despesa máxima de R\$ 12 bilhões para isso.

No entanto, quando a LOA foi ao Legislativo, os parlamentares elevaram o repasse para R\$ 16 bilhões, o que o chefe do Executivo vetou.

A disputa pela liberação das emendas será mais um dos embates entre Executivo e Legislativo. Líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP) admitiu ser "sempre uma possibilidade" a derrubada das decisões do presidente em uma sanção, mas prometeu "negociar o máximo possível" para manter a canetada de Lula.

Na mesa de negociações, o governo prometeu apresentar ao Congresso, na volta do recesso parlamentar, alternativa ao corte de R\$ 5,6 bilhões aplicado sobre as chamadas emendas de comissão e, assim, evitar o desgaste que poderia resultar de novo veto do Legislativo a uma decisão do presidente.

Randolfe, logo após a assinatura da LOA, explicou o veto como a "decorrência de um circunstância que tanto governo quanto Congresso têm de celebrar: a queda da inflação".

Luiz Carlos Motta (PL-SP), relator da LOA e participante da solenidade de sanção no Palácio do Planalto, aguarda a "reposição" que a ministra Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento, fará para os parlamentares, após o veto de Lula.

"Isso que vamos tentar construir até a próxima sessão do Congresso. Logicamente, se não achar solução, o objetivo dos parlamentares é, logicamente, derrubar o

veto", adiantou Motta.

Em casos de vetos presidenciais, Lula precisa enviar, em até 48 horas, as justificativas para o Congresso. Deputados e senadores, então, têm o poder de derrubar ou acatar os vetos, dependendo da formação de maioria nas duas Casas. Câmara e Senado retomam as atividades daqui a quase duas semanas.

EXECUTIVO X LEGISLATIVO As idas e vindas dos vetos presidenciais são um dos pontos de desgaste na relação entre o Executivo e o Legislativo.

Por mais que o governo federal tenha conseguido aprovação em temas prioritários, como a **reforma tributária**, o Congresso também barrou vetos de Lula em matérias relevantes.

Esse foi o caso no Marco Temporal das terras indígenas, quando o Congresso derrubou o veto do presidente, e a lei foi promulgada com a regra considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Lula falou até em "briga" para derrubar a tese do Marco Temporal.

Outro assunto que tensiona Executivo e Legislativo é a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia.

Corrida por influência na reforma tributária precisa ser qualificada

Opinião

RODRIGO SPADA auditor fiscal da Receita Estadual de São Paulo, presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite) e da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Afresp)

Como passamos mais de 30 anos debatendo uma proposta de reforma do sistema tributário brasileiro, a promulgação da PEC 45/2019, no fim de 2023, foi objeto de merecidas celebrações. Passado esse momento de exaltação, voltamos, agora, ao trabalho. A emenda constitucional, afinal, é muito mais um ponto de partida do que uma linha de chegada. Seu texto já anuncia o compromisso que teremos nos próximos meses ao dar o prazo de 180 dias para que o Executivo encaminhe ao Congresso os projetos de regulamentação.

Em 12 de janeiro, o Ministério da Fazenda publicou a portaria que institui os grupos técnicos responsáveis pela elaboração dos anteprojetos de lei que vão regulamentar a **reforma tributária**. São 19 grupos, divididos por áreas temáticas e compostos por representantes da União, dos estados e dos municípios.

Esse ato inaugura uma nova fase na empreitada de modernização do sistema tributário brasileiro. Assim como aconteceu durante a tramitação da proposta na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, esse momento enseja a atuação política de diferentes grupos no sentido de buscar espaço para seus interesses nas normas infraconstitucionais. Esse movimento deve ser ainda mais intenso que o registrado na discussão da PEC porque, naquele momento, muitos setores e entes federados não acreditavam na possibilidade de aprovação da reforma e não participaram de sua construção ou chegaram tardiamente ao debate. Agora, com a proposta aprovada, não há mais dúvidas sobre o sucesso político da reforma.

Diante dessa nova corrida por interesses setoriais, o que pugnamos, como operadores do sistema tributário, sobretudo da base de consumo - objeto da reforma em tela - é que haja um compromisso, por parte da sociedade e do governo, de que essa ação seja guiada pelos ideais republicanos e orientada pela

boa técnica.

Como forma de induzir a construção qualificada e de subsidiar a sociedade com informações relevantes sobre o sistema tributário, vamos intensificar nossa participação no debate público com duas importantes ações: a reativação do Movimento VIVA e a realização de um seminário sobre a **reforma tributária** que, com o apoio da Embaixada da Espanha, fará uma análise comparativa entre os modelos do Brasil e da Europa.

O Movimento VIVA é uma articulação criativa proposta pelo visionário auditor fiscal da Receita Estadual de São Paulo José Roberto Soares Lobato (in memoriam). O projeto, que começou a ser concebido em 2015 e seguiu ativo até 2020, foi fruto, nessa primeira fase, de uma parceria entre a Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Afresp) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Movimento partiu do diagnóstico de que a aguda crise vivida pelo Fisco Paulista à época decorria de uma crise maior, do sistema tributário brasileiro. Assim, a iniciativa conduziu debates, workshops e seminários sobre os modelos de tributação e de administração tributária mais adequados. Desse Movimento surgiram articulações e propostas que foram valiosas para permitir uma participação ativa dos Fiscos Estaduais no atual debate sobre a **reforma tributária**.

Foi nesse movimento, por exemplo, que o atual Secretário Extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, que à época estava à frente do Centro de Cidadania Fiscal, tomou conhecimento do mecanismo de cashback, incorporado à emenda constitucional. Essa ideia de devolução personalizada do imposto foi desenvolvida pelo auditor fiscal da Receita Estadual do Rio Grande do Sul Giovanni Padilha, em sua tese de doutorado defendida na Espanha. Integrante da Comissão Técnica da Febrafite - Associação Nacional de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais, entidade que também participou do Movimento Viva, Giovanni teve sua metodologia difundida entre importantes agentes políticos por meio dessa articulação entre auditores fiscais, sociedade civil, autoridades políticas e acadêmicos.

A implementação de uma boa **reforma tributária** é tarefa árdua e complexa. Precisa ser feita a muitas mãos porque seus resultados impactam diretamente

diversos segmentos da sociedade. É, portanto, natural que haja interesse dos setores em atuar na construção do texto, mas é fundamental que essa atuação seja qualificada, que leve em conta os insumos técnicos e não deixe interesses individuais contaminarem o compromisso com a justiça fiscal e a melhoria do ambiente de negócios. Nós, auditores fiscais das receitas estaduais, estaremos vigilantes na defesa dos interesses coletivos e atuantes na produção e difusão do conhecimento sobre o que há de mais moderno no mundo sobre sistemas tributários.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/opiniao/2024/01/6791533-corrída-por-influencia-na-reforma-tributaria-precisa-ser-qualificada.html>

Projetos de regulamentação da reforma tributária devem sair em 60 dias

O secretário extraordinário de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, está otimista com a regulamentação do novo modelo de **impostos** no Congresso Nacional. Segundo ele, as discussões produzirão, pelo menos, três projetos de lei complementares. A expectativa do secretário é elaborar as novas regras dentro de 60 dias e aprovar os PL no primeiro semestre deste ano, prazo que ele considera "puxado".

"Esse é um ano de eleição municipal, e o Congresso tende a reduzir muito os trabalhos no segundo semestre. Para poder tentar viabilizar a aprovação ainda neste ano, é óbvio que a gente ainda não tem certeza, mas é o que seria o ideal, a pressão é para que seja enviado muito cedo. Já tem um trabalho feito e não vai partir do zero, mas vai ser puxado mesmo assim", explicou Appy, nesta terça-feira (23/1), ao CB.Poder, programa em parceria do Correio e da TV Brasília. Segundo ele, a expectativa é de que os futuros relatores dos projetos de lei participem das conversas dos grupos de trabalho que estão sendo formados para definir as propostas.

Um dos itens que serão regulamentados é o cashback, que deverá ser ampliado em relação à proposta da reforma. "De repente, dependendo de como for a regulamentação da cesta básica, talvez fique uma parte da cesta básica com alíquota zero e outra parte com alíquota reduzida em cashback, essas são questões que vão ser definidas, mas é uma possibilidade dentro dessa regulamentação. O Brasil tem estrutura para fazer isso, então nós não temos problema operacional", acrescentou. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista:

Como está a regulamentação?

Estamos iniciando um trabalho de elaboração de projetos de lei de regulamentação da **reforma tributária**. Já existe um trabalho prévio feito pelo Ministério da Fazenda, mas montamos uma série de grupos de trabalho junto com estados e municípios, para poder elaborar esses grandes projetos de lei e discutir temas específicos. Na verdade, não tem como separar. A regulamentação da **reforma tributária** é, basicamente, como um bloco, porque eu não tenho como regulamentar uma parte e regulamentar outra, porque todas elas afetam o desenho do sistema. Então a nossa avaliação é de que (a regulamentação)

vai ter que ser enviada 'em bloco' para o Congresso. A primeira reunião da Comissão de Sistematização, que vai coordenar os trabalhos, deve ocorrer nesta semana, e a partir dessa reunião, nós temos 60 dias para concluir esses trabalhos.

Serão quantos projetos de lei nesse bloco?

Isso ainda não está definido. Em princípio seriam três. Um que regulamenta o Imposto sobre os Bens e Serviços (IBS), que é dos estados e municípios, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a cargo do governo federal. Outro projeto de lei para criar o comitê gestor, que é o órgão que vai ser gerido conjuntamente com estados e municípios para gerir o IBS. E um PL para tratar sobre imposto seletivo.

Esse comitê gestor também vai gerir o fundo para estados e municípios?

Não. Tem dois fundos. Um é o Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional (FNDR), que são recursos da União que vão ser transferidos para estados e municípios a partir de 2029. Nesse fundo, os estados e municípios vão ter autonomia dentro de parâmetros definidos já na emenda constitucional, vão ter autonomia para a aplicação dos recursos, visando o seu desenvolvimento regional. Tem outro fundo que é um fundo temporário de compensação de benefícios fiscais, que tem uma transição. Começa em 2029 e vai até 2033 e esse fundo vai servir para compensar as empresas, que vão ter redução de benefícios fiscais, em função dessa transição, para dar segurança jurídica.

Qual mecanismo irá garantir que em 2032 realmente haja a reforma?

Na verdade, a reforma já começou antes. Em 2027 já tem a mudança dos **tributos** federais, e em 2029 já começa a mudança nos **tributos** de estados e municípios, fora um período de teste em 2026. Mas esse risco não existe basicamente porque há uma transição, que vai reduzindo progressivamente as alíquotas dos **tributos** estaduais e municipais. Se você dissesse que vai mudar tudo de uma vez só, aí você teria razão. Nesse caso, como tem a transição, eu acho que esse risco não existe.

Como vai funcionar o cashback?

tributaria-devem-sair-em-60-dias.html

A regulamentação do cashback ficou para essas leis complementares. O que é certo é que a emenda constitucional exige cashback em duas situações: na conta de energia elétrica e na compra do gás de cozinha. No caso da conta de energia, tudo isso vai ser regulamentado, mas muito provavelmente, virá direto na conta de luz. Em outros casos, ainda vai ser definido, mas o Brasil tem estrutura e poder para fazer isso. O Brasil, tanto tem uma estrutura de cadastro único de programas sociais muito abrangente, como também tem estrutura de você, na hora em que fizer uma compra, dar o seu CPF, e já tem isso registrado.

Há 19 grupos de trabalho. Não é demais?

Na verdade, são 20 grupos, porque tem os 19 grupos técnicos, mais a Comissão de Sistematização, que vai consolidar todo o trabalho, e mais um grupo de análise jurídica, que é de apoio, e uma equipe de quantificação. Mas os grupos tratam de temas muito específicos. Depois tudo isso vai ser consolidado na Comissão de Sistematização em poucos projetos de lei.

Quanto tempo vai levar esse trabalho?

Sessenta dias. É um prazo bem puxado, mas tem uma pressão muito grande para que o projeto seja enviado o mais cedo possível para o Congresso Nacional, porque esse é um ano de eleição municipal, e o Congresso tende a reduzir muito os trabalhos no segundo semestre. Então, para poder tentar viabilizar a aprovação ainda neste ano, é óbvio que a gente ainda não tem certeza, mas é o que seria o ideal, a pressão é para que seja enviado muito cedo. É óbvio que já tem um trabalho feito e não vai partir do zero, mas vai ser puxado mesmo assim.

Esses grupos vão ser compostos por quem?

Vão ter representantes com direito a voto da União, dos estados e municípios. Sempre paritário. Na maioria dos grupos, dois, dois e dois. E os grupos podem convidar pessoas da sociedade civil para participar dos debates.

Não vai ser difícil chegar a um acordo em 60 dias?

Acho que se for bem conduzido o debate, é possível, sim, fazer no prazo.

*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/01/6791698-projetos-de-regulamentacao-da-reforma->

Impostos sobre a renda: o que deve mudar e quando?

Mariana Londres *Colunista do UOL* 24/01/2024 04h00

A **reforma tributária** sobre o consumo (bens e serviços) acabou de ser aprovada, e apesar do debate ainda não ter terminado - há mais de 70 pontos que precisam ser regulamentados - já estamos aqui falando da reforma sobre a renda, que será a próxima grande discussão tributária no Brasil.

O debate tem crescido nos últimos dias, com pressão das centrais sindicais, berço político do presidente Lula, pelo envio da prometida isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física para quem ganha até R\$ 5.000. A discussão é necessária. Em uma reforma ampla, todos nós seremos impactados pelas mudanças e sentiremos no bolso: há os que passam a pagar mais do que pagam hoje, e os que passam a pagar menos. Veja abaixo de que lado você está.

São esperadas mudanças no imposto de renda das empresas (pessoa jurídica) e das pessoas (pessoa física).

Na pessoa física, a tendência é que se aumente a faixa de isenção do Imposto de Renda para mais próximo de R\$ 5.000, uma promessa do presidente Lula. Com isso, mais trabalhadores ficariam isentos. Para compensar a renúncia de arrecadação, é possível uma mudança na outra ponta, que seja criada uma alíquota maior do que os atuais 27,5% para quem tem renda mais alta (ainda que esse ponto sempre gere resistência).

Na pessoa jurídica, deve haver alteração nas alíquotas de IRPJ e CSLL (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Sobre o Lucro Líquido), mudanças no lucro presumido e ajustes no JCP (Juros sobre Capital Próprio), que já foi alterado no final de 2023 mas é esperada uma reorganização.

Em 2021, uma reforma dos **impostos** sobre a renda foi aprovada pela Câmara, mas ficou parada no Senado. É possível que parte do texto seja aproveitado, mas haverá um novo debate. Não custa lembrar as principais mudanças aprovadas em 2021:

A **reforma tributária** sobre bens e serviços aprovada no final do ano passado (EC 132) estabeleceu que o governo precisa enviar ao Congresso uma proposta de reforma sobre a renda até 20 de março (ou 90 dias

após a promulgação).

Apesar do prazo, o envio da proposta para essa reforma depende da negociação que está sendo feita agora no início do ano sobre a desoneração da folha de pagamentos. É possível uma proposta de tributação sobre a renda (grandes fortunas, por exemplo), para bancar uma desoneração ampla da folha de pagamentos, mas a equipe econômica não confirma essa possibilidade. Caso o debate da desoneração não tenha terminado até 20 de março, é possível que a Fazenda atrase o envio da reforma sobre a renda (até porque não há punição em caso de atraso).

Além disso, na primeira entrevista que deu em 2024, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que as eleições municipais no segundo semestre e a regulamentação da fase 1 da reforma no primeiro semestre podem jogar a aprovação da reforma sobre a renda, que é a fase 2 da tributária, para 2025.

Ou seja, em 2024 teremos debate da reforma sobre a renda, mas a decisão tende a vir apenas em 2025. Como as mudanças no imposto de renda não têm validade imediata, só entrarão em vigor no ano seguinte à aprovação. Então o cenário mais provável é de mudanças válidas e sentidas no bolso apenas a partir de 2026.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/mariana-londres/2024/01/24/impostos-sobre-a-renda-o-que-deve-mudar-e-quando.htm>

Receita estima que limite estabelecido para compensações tributárias afeta 495 empresas

Jéssica Sant"Ana e Beatriz Olivon De Brasília

A **Receita Federal** estima que o limite estabelecido para as compensações tributárias decorrentes de decisão judicial pode impactar 495 empresas no país, sendo seis delas com créditos acima de R\$ 1 bilhão cada. O limite, previsto para valores a partir de R\$ 10 milhões, está em vigor desde o dia 5. Faz parte da Medida Provisória (MP) nº 1.202, editada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no fim de 2023 para tentar recuperar a base de arrecadação da União e viabilizar o déficit zero neste ano.

Segundo dados da Receita obtidos com exclusividade pelo Valor via Lei de Acesso à Informação, 495 empresas informaram no ano de 2023 terem créditos tributários a partir de R\$ 10 milhões, obtidos a partir decisão judicial, para abater **tributos** devidos. Ao todo, os créditos informados somam R\$ 35,362 bilhões. O levantamento foi feito tendo como referência os créditos informados até o fim de agosto do ano passado.

São 434 empresas com créditos entre R\$ 10 milhões e R\$ 100 milhões.

Outras 20 companhias têm valores entre R\$ 100 milhões e R\$ 200 milhões. Já 29, créditos de R\$ 200 milhões a R\$ 500 milhões. Seis empresas têm créditos de R\$ 500 milhões a R\$ 1 bilhão e outras seis, acima de R\$ 1 bilhão. Para valores inferiores a R\$ 10 milhões não há limite mensal para utilização.

Pelas novas regras, as empresas terão prazo mínimo de 12 a 60 meses para uso dos créditos tributários, a depender dos valores.

O prazo maior vale para créditos a partir de R\$ 500 milhões.

Antes não havia limite de tempo.

Os nomes das empresas que serão afetadas pelo limite não constam em notas técnicas do Ministério da Fazenda. Nem a estimativa de elevação de receita com a medida, já que a postergação do uso dos créditos pode ter impacto positivo na arrecadação. Em coletiva de imprensa no fim do ano passado, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, falou em impacto positivo de R\$ 20 bilhões.

Nas notas técnicas, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda diz que a medida não tem impacto orçamentário- financeiro, uma vez que "se trata de mudanças administrativas que visam resguardar a arrecadação federal ante a possibilidade de utilização de créditos bilionários para a compensação de **tributos**".

Já a **Receita Federal** defende a implementação do limite para "resguardar a arrecadação federal". "No caso de créditos oriundos de ações judiciais, verifica-se que as decisões a eles relativas normalmente abrangem período superior a um ano, sendo comum abrangerem vários anos calendário, motivo pelo qual há um acúmulo de créditos. Para resguardar a arrecadação federal ante a possibilidade de utilização de créditos bilionários para a compensação de **tributos**, propõe-se que seja implementado um limite mensal à compensação", diz o Fisco.

As empresas que não quiserem fatiar as compensações podem pedir a expedição de precatório após a vitória na disputa tributária.

Em geral, a compensação é preferida por ser uma forma mais rápida de reaver os valores.

Hoje, existem vantagens para o governo caso a empresa opte pelos precatórios. Se o limite anual de pagamento previsto no orçamento for excedido, há a possibilidade de ser editada uma medida provisória e o pagamento ser feito por crédito extraordinário, fora do limite do novo arcabouço e da meta fiscal, até 2026. Na prática, o governo ganharia pelo menos um ano para pagamento, tendo em vista que os precatórios a serem pagos em 2024 são aqueles que foram inscritos até abril de 2023.

Tributaristas ouvidos pelo Valor afirmam que as empresas afetadas pela medida estão em compasso de espera, com possibilidade de judicialização da questão. "Há empresas com tudo engatilhado [para entrar com ação judicial], mas que preferem esperar o prazo da MP para saber se haverá conversão em lei", afirma Priscila Faricelli, sócia do Demarest Advogados. Há conhecimento de uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) proposta pelo Partido Novo que questiona toda a MP nº 1.202, de 2023, o que inclui a limitação das compensações, mas não somente.

Faricelli destaca que a imposição do limite traz insegurança jurídica para as empresas. "Se a empresa judicializar o limite, obtiver liminar que for revertida, o que acontece com a compensação? Será negada?

Terá que pagar imposto com multa?", questiona a advogada.

Existem clientes que cogitam passar a pedir pagamento por meio de precatório, segundo a advogada, porque, no fluxo normal, já não conseguiam aproveitar todos os créditos.

"Agora aumentou esse movimento, porque mais gente se vê na expectativa de não compensar o crédito na sua totalidade", explica.

Priscila Faricelli afirma que a **Receita Federal** tem como controlar os valores que serão compensados, diferente do que foi alegado na motivação da medida. "Quando o contribuinte faz a habilitação de crédito, ele aponta o valor, o que seria suficiente para a **Receita Federal** fazer suas estimativas." Já o coordenador de **Previsão e Análise da Receita Federal**, Marcelo Gomide, disse que 2020 foi o primeiro ano em que a Receita percebeu um crescimento acelerado do uso de compensações oriundas de decisão judicial. "O uso [a partir daquele ano] foi muito acima do que vinha acontecendo em outros anos", diz.

"A imprevisibilidade é na geração do crédito e como vai se traduzir no descarrego da arrecadação." A Receita atribui à "tese do século" - a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins - o crescimento recente das compensações por decisão judicial.

Conforme mostrou o Valor, o Fisco calcula que R\$ 292 bilhões em créditos dessa tese já tenham sido utilizados pelas empresas, de 2019 a agosto do ano passado, para abater **tributos** devidos.

Andrea Mascitto, sócia do escritório Pinheiro Neto Advogados, diz que, por enquanto, as empresas estão esperando para saber se haverá conversão da MP, projetando débitos que poderiam compensar em 2024 e como a trava os afetará. A advogada lembra que, quando a MP foi publicada, as empresas já tinham seus planos para 2024. "Isso [limite de compensações] afeta até o plano de negócios da empresa. Muda a regra do jogo se ela estava querendo fazer investimentos e contava que não precisaria desse dinheiro para pagar **tributos**", afirma.

"A Receita tem como controlar os valores que serão compensados" Priscila Faricelli

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187772>

Aneel prevê aumento de 5,6% na energia

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem (23) que estima a aplicação de um aumento médio de 5,6% nas tarifas de energia este ano - percentual acima da **inflação** prevista pelo mercado financeiro, de 3,86%. A afirmação foi dada pelo diretor-geral da agência, Sandoval Feitosa, em entrevista à CNN Brasil.

Os reajustes serão anunciados nas datas-base de cada distribuidora de energia elétrica. Em Pernambuco, isso acontece em 29 de abril.

Um das principais fontes de pressão sobre as tarifas é o aumento da conta de subsídios. Neste ano, serão R\$ 37 bilhões em subsídios pagos pelos consumidores, representando quase 15% da tarifa. Os subsídios que poderiam encarecer a conta além da **inflação** servem, por exemplo, para universalizar o acesso à energia em todo o território nacional - incluindo as regiões mais isoladas.

Inseridos na chamada Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), são esses subsídios também que garantem a concessão de descontos tarifários a diversos usuários dos serviços de energia como os de baixa renda; rurais; irrigantes; entre outros. Para abastecer a CDE, são usados recursos oriundos de multas pagas à Aneel; valores não usados por empresas em pesquisa e desenvolvimento; entre outros. Mas a fonte principal é, justamente, a conta de luz paga pelos consumidores.

Revisão nas despesas Segundo a Aneel, essa conta vem crescendo todos os anos. Em 2018, por exemplo, eram R\$ 18,8 bilhões. Em entrevista ao GLOBO, o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, afirmou que o Ministério da Fazenda pretende fazer um pente-fino sobre essas despesas.

"A gente está chegando a R\$ 37 bilhões (de subsídios embutidos).

Temos energia barata e conta de luz cara. Este ano queremos fazer uma revisão total, junto com o Ministério de Minas e Energia, sobre como podemos reduzir o impacto desses subsídios na conta de luz", disse Pinto.

Em 2023, a Aneel havia estimado um aumento médio de 6,8% nas tarifas das distribuidoras, mas a média acabou ficando em 5,9%.

Em relação ao aumento a ser aplicado pela Neenergia Pernambuco, o percentual só deverá ser definido após a empresa encaminhar, em março, toda a documentação exigida pela Aneel. Cabe à própria Agência definir e anunciar o percentual a ser autorizado de reajuste, com previsão para o final de abril deste ano.

Entre os fatores levados em conta pela Aneel na hora de determinar o reajuste, também estão os custos para a geração e distribuição de energia; **tributos** setoriais; entre outros. No ano passado, as contas de luz residenciais dos consumidores pernambucanos tiveram uma alta de 8,16%.

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2641/24-01-2024/>

Conta de luz 5,6% mais cara

A conta de luz deve subir, em média, 5,6% em 2024, segundo estimativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A projeção está acima do IPCA (principal índice brasileiro de **inflação**) projetado pelo mercado para o período, de 3,86%, de acordo com o relatório Focus, divulgado pelo Banco Central.

Segundo o diretor-geral da agência reguladora, Sandoval Feitosa, três fatores influenciam para a projeção de aumento na conta de luz. A primeira delas é a expansão da rede de transmissão, já que os consumidores remuneram as transmissoras de energia via tarifas.

"Essa expansão é necessária para integrar as fontes renováveis, é necessária também para trazer confiabilidade para o atendimento, mais segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional (SIN) e ligar áreas que ainda estão isoladas", explicou Feitosa.

O segundo fator para a alta neste ano é o aumento de subsídios embutidos na conta de luz via Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que é rateada entre todos os consumidores.

Segundo proposta da Aneel submetida a consulta pública, o orçamento da CDE deste ano deve alcançar R\$ 37 bilhões, o que representa um aumento de 6,2% em relação a 2023.

Também pesará para o aumento das contas neste ano o fim da devolução de créditos tributários oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Cofins.

Conforme previsto em lei, os recursos cobrados indevidamente estão sendo devolvidos aos consumidores no momento dos reajustes e revisões tarifárias. "Não teremos os recursos do PIS/Cofins, que foi utilizado muito no ano passado e em 2022 também. Então, esse recurso, em torno de R\$ 50 a R\$ 60 bilhões, já foi utilizado e temos pouco a ser utilizado ao longo deste ano", informou Feitosa.

Bandeira tarifária No ano passado, as contas de luz subiram, em média, 5,9% - abaixo da previsão inicial feita pela agência reguladora, que era de alta de 6,8% em média.

Feitosa disse ainda que ao longo de 2023 não houve o acionamento das bandeiras tarifárias - taxa adicional

que é cobrada dos consumidores quando há um cenário desfavorável para geração de energia elétrica no Brasil. "Para 2024 ainda não temos como prever, pois precisamos aguardar o fim do período úmido, que vai até abril", ponderou.

Conta de energia vai subir acima da inflação este ano

ISABELA STANGA

A conta de luz dos brasileiros deve ficar mais cara, com aumento médio de 5,6% em 2024, de acordo com projeção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) divulgada ontem. A previsão está acima da média de inflação projetada para o período, de 3,87%, de acordo com especialistas do mercado financeiro consultados pelo Banco Central. No ano passado, a Aneel estimou que o aumento das tarifas das distribuidoras de energia seria de 6,8%, mas a alta verificada foi de 5,9%. A entidade reajusta anualmente as tarifas cobradas pelas distribuidoras, na data de "aniversário da concessão".

Três fatores que aumentam a conta ao consumidor, segundo a Agência, são a expansão da rede de transmissão, a conta de subsídios (que tem crescido nos últimos anos) e a energia contratada no mercado cativo (em que o consumidor é "obrigado" a comprar da distribuidora local).

Os subsídios devem alcançar, em 2024, o maior valor da série histórica da Aneel: R\$ 37,2 bilhões. A maior parte desse valor será custeado pelos consumidores (R\$ 32,7 bilhões). Para este fim, serão incluídos dois encargos nas contas de luz. Os encargos são pagos por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que tem como receitas multas aplicadas pela Aneel, recursos de pesquisa e desenvolvimento não utilizados pelas empresas, valores pagos pelas hidrelétricas pelo uso do bem público, aportes do Tesouro Nacional, recursos da Reserva Global de Reversão (encargo pago por geradores, transmissores e distribuidoras) e quotas pagas pelos consumidores.

Sobre a expansão da rede, o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, diz que ela é "necessária para integrar as fontes renováveis, é necessária também para trazer confiabilidade para o atendimento, mais segurança para o atendimento do SIN Sistema Interligado Nacional e ligar áreas que ainda estão isoladas".

Já em relação ao aumento de subsídios embutidos na conta de luz via Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que é rateada entre todos os consumidores, Feitosa acrescentou os números: segundo proposta da Aneel submetida a consulta pública, o orçamento da CDE deste ano deve alcançar R\$ 37 bilhões, o que

representa um aumento de 6,2% em relação a 2023.

Também pesará para o aumento das contas neste ano o fim da devolução de créditos tributários oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Cofins. Conforme previsto em lei, os recursos cobrados indevidamente estão sendo devolvidos aos consumidores no momento dos reajustes e revisões tarifárias. "Não teremos os recursos do PIS/Cofins, que foi utilizado muito no ano passado e em 2022 também. Então, esse recurso, em torno de R\$ 50 a R\$ 60 bilhões, já foi utilizado e temos pouco a ser usado ao longo deste ano."

Feitosa afirmou que não houve acionamento das bandeiras tarifárias em 2023 - taxas adicionais cobradas do consumidor quando o cenário de geração de energia elétrica é desfavorável no país. Para 2024, ele afirmou que não sabe se a situação se manterá.

mudanças climáticas

Feitosa também afirmou que o órgão regulador está, junto com governos estaduais, prefeituras e governo federal, buscando integração total para enfrentar as adversidades climáticas, que impactam diretamente os consumidores. Recentemente, eventos climáticos afetaram o fornecimento de energia elétrica em diversos estados brasileiros.

Entre as ações previstas, ele destaca que a Aneel vai enfrentar as adversidades climáticas, "seja com o estabelecimento de novos protocolos, ações emergenciais para atendimento do consumidor, como também uma preparação regulatória para os novos desafios climáticos que se apresentam". A declaração foi dada na abertura da primeira reunião da diretoria colegiada de 2024.

Feitosa ressaltou ainda a realização de leilões de transmissão nos próximos meses e a publicação da agenda regulatória da Aneel para os anos de 2024-2025, que se alicerça em ações para a transição energética e avança nas discussões sobre os impactos das mudanças climáticas e inovações tecnológicas para o setor. "O trabalho integrado da diretoria colegiada e diálogo contínuo são primordiais, além, claro, com os consumidores, Ministério de Minas e Energia, Congresso Nacional e diversos segmentos do setor", disse.

PETRÓLEO

Os preços do petróleo fecharam em baixa nesta terça-feira, em um mercado que continua mais preocupado com a demanda mundial do que com eventuais problemas de oferta. O preço do Brent para entrega em março caiu 0,63%, a US\$ 79,55, e o WTI para o mesmo mês cedeu 0,52%, a US\$ 74,37. Para Stephen Schork, do Schork Group, os operadores buscam um preço do barril do WTI em torno de US\$ 70. "Enquanto não houver uma interrupção no fornecimento, uma verdadeira perturbação ou a paz entre Israel e o Hamas, seguiremos nessas margens", previu.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Conta de luz deve subir 5,6% neste ano, diz Aneel

I MARLLA SABINO

A conta de luz deve subir, em média, 5,6% em 2024, segundo estimativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A projeção está acima do IPCA (principal índice brasileiro de inflação) projetado pelo mercado para o período, de 3,86%.

Segundo a Aneel, três fatores pesaram na projeção de aumento da conta de luz. O primeiro deles é a expansão da rede de transmissão, pois consumidores remuneram as transmissoras de energia via tarifas. O segundo é o aumento de subsídios embutidos na conta de luz via Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que é rateada entre todos os consumidores.

O terceiro é o fim da devolução de créditos tributários oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Cofins.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Conta de luz mais cara

ALVARO GRIBEL E BRUNO ROSA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO -

Num momento em que as reclamações por problemas no fornecimento de energia dispararam, a conta de luz dos brasileiros deve subir acima da inflação neste ano. Projeção divulgada ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aponta para uma alta média de 5,6% nas tarifas, acima das estimativas do mercado financeiro para o índice geral de preços este ano, de 3,86%. Em 2023, a alta média nas contas foi de 5,9%. Enquanto isso, as queixas de consumidores pela qualidade no fornecimento de energia no país baterem recorde em 2023, conforme dados da própria Aneel.

Nos 12 meses encerrados em dezembro, dado mais recente, 84.328 reclamações por qualidade do fornecimento de energia foram feitas ao órgão, o maior patamar da série histórica, iniciada em 2014. Foi alta de quase 40% ante igual período de 2022.

As reclamações relativas ao Grupo Enel (com concessionárias em Rio, São Paulo e Ceará) subiram 52,88%. Para a Enel Rio, o número de reclamações pela qualidade do fornecimento saltou 103,98% de um ano para outro. A empresa atende Niterói, Região dos Lagos e Norte Fluminense.

Os dados são analisados pela Aneel, que pode aplicar multas ou outras sanções.

No Rio Grande do Sul, a prefeitura de Porto Alegre pediu à Aneel maior fiscalização da CEEE Equatorial na semana passada. E a concessionária já é alvo até de uma CPI na Câmara Municipal.

A companhia disse que restabeleceu o fornecimento a 99,8% dos clientes desabastecidos devido a temporais do dia 16. E que eventos climáticos extremos vêm impactando a rede elétrica do estado. Mas afirma investir para melhorar os serviços.

Outras cidades gaúchas acionaram a Rio Grande Energia (RGE). Em Estrela, com pouco mais de 32 mil habitantes, João Carlos Schäfer, vice-prefeito em exercício, diz que na semana passada, após chuvas, cerca de 80% dos moradores ficaram sem luz por 72 horas: -Protocolamos uma ação civil pública e obtivemos uma decisão favorável. Fizemos uma representação na Aneel porque os problemas com a RGE são recorrentes.

PREFEITOS VÃO À JUSTIÇA As cidades de Venâncio Aires e Cachoeirinha também entraram na Justiça. Segundo Schäfer, os 27 municípios que fazem parte da Vale do Taquari iniciaram discussões com o Ministério Público para pedir a troca da RGE como fornecedora de energia pela cooperativa de energia Certel.

A RGE informou estar em contato com as autoridades.

Outras cidades estão recorrendo à Justiça.

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), classificou a Enel de "irresponsável", no último dia 10, depois de bairros da cidade ficarem sem luz por mais de 24 horas após dois dias de fortes chuvas.

Ele afirmou que a concessionária não cumpriu o plano de contingência e que "tem que sair da cidade".

O município ajuizou uma ação contra a Enel cobrando melhor atendimento e restabelecimento mais célere do fornecimento.

Segundo o presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica, Marcos Aurélio Madureira, os números refletem os eventos climáticos que atingiram São Paulo e Rio no fim de 2023: -Isso puxou para pior os dados.

A questão é quando há tombamento de árvores de grande porte, que derrubam postes e fazem cair a rede. Já vemos experiências positivas de municípios que têm feito a troca da arborização, para espécies de menor porte.

Segundo o engenheiro Roberto Pereira D'Araújo, do Instituto Ilumina, a Aneel deveria liderar a fiscalização com o avanço dos efeitos das mudanças climáticas: - Mas percebemos pouca atuação da agência, especialmente nos locais mais vulneráveis, onde há proximidade entre a rede e as árvores, que têm provocado os inúmeros apagões.

Após Niterói ter registrado as chuvas mais intensas em dez anos, a prefeitura pretende iniciar nova ação judicial contra a Enel para evitar mais problema de fornecimento. A ação será movida em conjunto com a prefeitura de Areal, diz o prefeito de Niterói, Axel Grael (PDT), e deve ser protocolada hoje. Ele frisa que a ideia é reunir 65 municípios atendidos pela Enel.

-Em novembro e dezembro, muitos bairros ficaram

dias sem energia. A empresa não tem um plano de contingência.

Em novembro, entramos na Justiça pedindo para retomar o fornecimento de energia mais rápido - diz Grael.

No fim de dezembro, Niterói entrou com uma representação na Aneel cobrando maior fiscalização da Enel.

A Enel Distribuição Rio informa que sua operação em Niterói se manteve em condições de normalidade nos últimos dias, mesmo com chuvas.

Diz que, diante do alerta de tempestades, mobilizou seu plano de contingência, "que prevê o reforço de até três vezes no número de equipes em campo", entre outras medidas.

Eque dialoga com a prefeitura.

MARICÁ DORME NA PRAIA Também Maricá fez uma representação na Aneel contra a concessionária. E, após iniciar uma ação civil pública contra a Enel, obteve no último sábado na Justiça decisão que proíbe a empresa de cortar a energia de qualquer consumidor por 30 dias e dá duas horas para restabelecer o fornecimento.

Semana passada, dezenas de moradores do distrito de Itaipuaçu, que estavam sem energia, foram dormir na praia devido ao calor. O juiz José Renato Oliva de Mattos Filho, da 1ª Câmara Cível da Comarca de Maricá, determinou que a Enel apresente em 30 dias plano de contingência. Em caso de descumprimento, há multa diária de até R\$ 20 mil.

- Desde meados do ano passado, aplicamos à concessionária três multas, somando mais de R\$ 6,4 milhões.

Mas nada mudou - diz o prefeito Fabiano Horta (PT).

A Enel diz que as tempestades em Maricá causaram danos na rede, afetando o fornecimento.

E, com queda de árvores de grande porte, foi preciso reconstruir trechos inteiros da rede. Houve manobras para reduzir o número de clientes afetados. Para reforçar a distribuição, a companhia antecipou aporte de R\$ 1,5 milhão para a construção de mais dez quilômetros de redes.

Na cidade do Rio, queixas de moradores da Ilha do Governador crescem. Procurada, a Light disse que iniciou no dia 18 a construção de três linhas de distribuição para atender o bairro e a instalação de

cem postes. A prefeitura não informou se adotou medidas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Não haverá aporte do Tesouro no BNDES", diz diretor

Francisco Góes, Paula Martini e Rafael Rosas

Apesar de a nova política industrial do governo, lançada na segunda-feira (22), despertar receios entre economistas com o uso de recursos públicos para financiar investimentos, os desembolsos previstos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nessa iniciativa estão, em sua maioria, dentro da programação orçamentária da instituição para os próximos anos. "Não haverá aporte do Tesouro diretamente no BNDES [para suportar a política industrial]", disse ao Valor José Luis Gordon, diretor de desenvolvimento produtivo, inovação e comércio exterior do banco.

Dos R\$ 300 bilhões a serem aplicados até 2026 na nova política industrial, R\$ 250 bilhões (83% do total) devem sair do BNDES. O número inclui empréstimos a taxas de mercado, subsídios implícitos para inovação a custo de Taxa Referencial (TR) e aplicações de capital em fundos de investimento (equity).

Dentro do bolo total, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) também terá participação, inclusive apoiando projetos não reembolsáveis (ver quadro).

No caso do BNDES, o custo dos empréstimos se vincula à Taxa de Longo Prazo (TLP), mas os empréstimos também poderão estar indexados ao dólar no caso de captações externas ou via Fundo Clima ("green bonds"). Haverá ainda subsídios via TR para inovação. O banco também aposta que poderá captar, no futuro, recursos para emprestar, inclusive à indústria, via Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD), que depende de aprovação do Congresso, e via LCA, título que financia os setor agropecuário.

O Valor apurou que, se a LCD for aprovada, pode gerar um adicional de orçamento para o banco emprestar, mas as contas para 2024 não devem mudar.

Uma das razões é que o BNDES trabalha com prazos longos e os projetos financiados demoram a amadurecer. O orçamento do banco poderia precisar de mais recursos em 2025 ou 2026, inclusive para financiar a indústria, mas isso é algo que dependerá do crescimento da economia. No fim de dezembro, o diretor financeiro do banco, Alexandre Abreu, previu que em 2024 o banco possa desembolsar entre R\$

130 bilhões e R\$ 160 bilhões, acima dos R\$ 115 bilhões a R\$ 120 bilhões do ano passado. O número oficial será conhecido quando o BNDES divulgar o balanço do quarto trimestre, em março.

O objetivo da atual gestão do BNDES, sob o comando de Aloizio Mercadante, é fazer o banco voltar a crescer, mas de forma gradual. A meta é chegar a 2026 com o banco tendo um peso na economia equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**). O percentual corresponderia a um desembolso de cerca de R\$ 200 bilhões por ano.

Fontes dizem que hoje o BNDES não tem recursos ("funding") para sustentar esse ímpeto. O que dispõe dá para garantir participação de cerca de 1,3% no **PIB**. Mas, se aprovar a LCD, poderá ganhar fôlego para captar e emprestar mais, embora haja dúvidas no mercado sobre a capacidade desse título de levantar dinheiro em escala para financiar, por exemplo, projetos de infraestrutura em prazos longos, de cinco ou dez anos.

Gordon, o diretor de desenvolvimento produtivo do BNDES, disse que o programa anunciado pelo governo, chamado de "Mais Produção", é uma forma de mostrar ao setor produtivo a disponibilidade de recursos para os próximos anos, algo semelhante ao que acontece na agricultura. "É o plano safra da indústria", disse Gordon. A iniciativa foi dividida em quatro eixos: inovação, exportação, produtividade e descarbonização. Na exportação, o banco espera voltar a financiar serviços e quer criar uma agência dedicada à exportação, o BNDES Exim, um pleito que entre idas e vindas tem quase 20 anos.

Dos R\$ 300 bilhões anunciados, R\$ 271 bilhões estão previstos para serem concedidos em operações de crédito. Há ainda R\$ 21 bilhões em linhas não reembolsáveis e R\$ 8 bilhões em aporte de capital. Gordon disse que esse dinheiro não será usado para comprar mais ações de empresas, mas para estruturar fundos de investimento nos quais o BNDES entra como âncora e traz o mercado junto. A conta dos R\$ 300 bilhões considera também que R\$ 77,5 bilhões ou 26% foram aprovados em 2023, a maior parte pelo BNDES, mas também pela Finep. A ideia é fazer o Banco do Nordeste (BNB) e o Banco da Amazônia aderirem ao programa, disse Gordon.

"O Mais Produção é importante para que a economia cresça e tenhamos ganhos de produtividade", disse Gordon. Há estudos mostrando, porém, que iniciativas anteriores, em outras gestões do PT, não foram capazes de aumentar a produtividade da economia mesmo com o BNDES injetando dinheiro subsidiado, aos bilhões, em setores específicos, que ganharam a alcunha de os "campeões nacionais".

O nome remete à escolha de determinados setores que receberam apoio do Estado em outra versão de política industrial. Gordon diz que houve sim ganhos de produtividade. "Não vai conseguir se financiar a produção de máquinas e equipamentos no país sem o BNDES", argumenta.

Entre economistas, há também quem entenda que o alto grau de subsídio do BNDES no passado empurrou para fora o setor privado na concessão de crédito às empresas.

O segmento privado só voltou ao jogo depois de o BNDES encolher e instituir a TLP como principal taxa de referência dos empréstimos. O receio agora, com a nova política industrial, está em que erros do passado possam se repetir.

Gordon diz: "Estamos alinhados com as previsões orçamentárias do governo, o BNDES está alinhado com política do ministro Haddad [Fernando Haddad, da Fazenda]. O banco não vai usar recursos do Tesouro".

Mas mesmo que as projeções do banco indiquem um número limitado de subsídios nos empréstimos da nova política industrial, o mercado se preocupa.

Armando Castelar, pesquisador associado do Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), afirma que o programa anunciado pelo governo não combate o que, para o economista, é o principal problema da indústria de transformação do país: a baixa produtividade, que contribui para a constante perda de participação do setor no **PIB** brasileiro. Castelar ressalta que o programa se concentra em subsidiar setores, e não em reverter a queda da produtividade.

"Por que isso gera preocupação em muita gente? Primeiro porque é uma política para compensar a baixa produtividade, e não para elevar a produtividade. É uma política de conteúdo local. Se é conteúdo local, é o contribuinte que paga, se é barreira comercial, é o consumidor que paga. Não eleva a produtividade, mantém a baixa produtividade", afirma.

Para ele, a iniciativa do governo impede o processo seletivo natural e que os setores mais eficientes se

desenvolvam. "É um programa de sustentação de empresas de baixa produtividade. O resultado é que a produtividade do país segue baixa", diz Castelar. O segundo problema, para o economista, "é que tudo isso tem preço, isso custa". Ele explica que, para conceder os subsídios, o governo tem que tirar dinheiro do contribuinte. "O Brasil já tem a carga tributária muito alta e para dar esse subsídio vai ter que aumentar ainda mais essa carga tributária", diz.

Sergio Lazzarini, professor na Western University, vai na mesma linha. "O que preocupa é que a gente tinha feito uma mudança para disciplinar um pouco os empréstimos do BNDES. A TLP foi implementada nos últimos anos, e agora você tem mudanças que já estão encaminhadas no sentido de permitir que o BNDES mude a taxa de referência dos empréstimos e se capitalize diretamente", afirmou.

Para o economista, é inevitável que o anúncio desta segunda (22) seja associado à política dos campeões nacionais, até pela falta de clareza da estratégia apresentada pelo governo: "Se for para beneficiar empresas e grandes grupos com o argumento de que eles têm que exportar porque têm tecnologia nacional, nós estamos falando novamente em campeões nacionais.

E numa rota de potencial desastre do que foi no passado".

"O BNDES está alinhado com as previsões orçamentárias e com política do ministro Haddad" José Luís Gordon

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187772?page=1§ion=1>

Seguradoras veem cenário favorável em 2024

Sérgio Tauhata De São Paulo

O setor de seguros no Brasil vai manter o crescimento de dois dígitos em 2024. Segundo a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), o mercado deve avançar 11,7% neste ano. Se a previsão "da entidade se confirmar, será o quarto ano seguido de expansão do segmento acima de 10%.

A arrecadação da indústria de seguros tem subido no ritmo de dois dígitos anuais desde 2021, quando teve expansão de 11,8% ante 2020. O movimento recupera a desaceleração vista no primeiro ano da pandemia, quando o setor fechou com avanço de 1,3%, afetado pelas medidas de combate à covid-19.

Em 2023, o segmento apresentou expansão de receitas de 10,4%, nas estimativas da CNseg, com um faturamento de cerca de R\$ 410 bilhões, sem considerar a saúde suplementar. No total, se for incluído esse segmento, a confederação calcula que as receitas tenham alcançado R\$ 663 bilhões. O resultado do ano passado ainda não está fechado, pois faltam os números de dezembro, que serão divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) em fevereiro.

Os dados consolidados de janeiro a novembro do ano passado mostram um avanço acumulado de 8,9%, o que representa arrecadação de R\$ 351 bilhões, desconsiderando saúde suplementar.

No período, o setor devolveu aos usuários R\$ 207,3 bilhões na forma de indenizações, benefícios, resgates e sorteios.

O tom do setor em geral é de otimismo para 2024. Queda de juros, **inflação** controlada e mercado de trabalho aquecido aumentam a demanda por produtos de seguro tanto entre as pessoas físicas quanto empresas.

Apesar das turbulências no início, 2023 foi um ano positivo para o setor e este ano será ainda melhor", afirma o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira.

"Para todo lado vejo "drivers" favoráveis de crescimento", complementa o dirigente. "Vemos, no Brasil, massa salarial crescendo, juros em queda e um conjunto de fatores positivos para a economia

brasileira neste ano." Além disso, "a **inflação** está desacelerando no mundo, a economia americana está bem e, em algum momento, os EUA vão começar a cortar juros". Para Oliveira, "como o mercado se antecipa, a tendência é haver fluxo de investimentos maior aos emergentes, o que ajuda a segurar a volatilidade do câmbio e traz alívio de pressões inflacionárias." O CEO da Generali no Brasil, Andrea Crisanaz, faz diagnóstico semelhante. "O ano de 2023 foi um bom período para a indústria de seguros no país", avalia. "Houve uma recuperação no ano passado e o mercado brasileiro foi muito resiliente, comparado, por exemplo, com a Europa", afirma.

Na visão do executivo, mercado brasileiro conseguiu se repositonar bem após a pandemia.

"O ano de 2023 foi uma espécie de colheita após um período de rebalanceamento do mercado [em 2022]", afirma o CEO da HDI no Brasil, Eduardo Dal Ri. "O setor tinha de repositonar suas margens [após o impacto da **inflação** e da pandemia]. Agora, em 2024, o mercado vai consolidar essa estratégia e voltar um pouco "mais a sua vocação original que é esse olhar ainda mais atento as necessidades dos clientes." Na avaliação do CEO da Porto Seguro, vertical de seguros do grupo Porto, Rivaldo Leite, o desempenho do ano passado superou as expectativas, que já eram positivas. O executivo diz que, para 2024, enxerga "uma sequência de tudo isso". A expectativa é boa e o país está "em momento oportuno", afirma.

De acordo com a CNseg, entre janeiro e novembro de 2023, os maiores aumentos de arrecadação ficaram por conta de dois ramos da modalidade patrimonial: o seguro condomínio, que avançou 33,3%, totalizando R\$ 611 milhões, e o pecuário, com alta de 27,2% e faturamento de R\$ 1,4 bilhão.

Outro ramo de destaque foi o de grandes riscos, voltado a proteção de patrimônio acima de R\$ 15 milhões, que avançou 25,8% para uma receita de R\$ 7,1 bilhões. Os seguros garantia, por sua vez, tiveram alta de 20,3% e arrecadaram R\$ 5,2 bilhões em 11 meses. Duas categorias tradicionais, auto e vida, registraram expansões de dois dígitos. As apólices para veículos faturaram, segundo levantamento da CNseg, R\$ 50,6 bilhões, com crescimento de 10,7%. Já as de vida atingiram R\$ 27,5 bilhões, o que representa expansão de 12,4%.

Em termos de indenizações e benefícios pagos em 2023, o seguro de crédito aparece em primeiro, com a maior taxa de avanço, impactado por eventos como as recuperações judiciais de grandes grupos empresariais, como Americanas, Light e Grupo Petrópolis. A modalidade registrou alta de 157,7% e R\$ 1,7 bilhão de desembolsados por parte das seguradoras. Na sequência, aparecem o seguro pecuário, que registrou elevação de 56,2% e R\$ 792,5 milhões em indenizações, e os riscos de engenharia com alta de 44,8% e pagamento de R\$ 589,4 milhões.

Executivos do setor dizem que parte do otimismo em relação ao atual período vem da percepção de que eventos pontuais negativos não venham a ocorrer neste ano. O CEO da Generali aponta como exemplo a crise gerada pela descoberta da fraude contábil das Americanas.

"Temos muitas parcerias [de distribuição de seguros] com varejistas, que sofreram com o cenário macroeconômico mais difícil e a crise das Americanas", diz.

Oliveira, da CNseg, cita ainda o setor rural, que teve no início de 2022, a maior seca em décadas "Vemos o setor de seguros com crescimento bom de receitas e pagamento de indenizações bem comportado.

Houve, no passado recente, eventos com influência grande na sinistralidade, como o rural "que, em 2022, gerou mais de R\$ 10 bilhões em indenizações." Dal Ri, da HDI, acrescenta que efeitos do cenário macroeconômico ainda desafiador ao longo de 2023 vão ter menos efeito neste ano. "Por exemplo, tivemos menos vendas de veículos financiados no ano passado. No mercado, entre automóveis e utilitários novos e usados, somamos 14 milhões de veículos comercializados em 2023. Mas, quando a melhora do crédito para a população, com melhora de "scores" [notas de crédito], se consolidar, as vendas podem subir para algo entre 15 milhões e 16 milhões de veículos. A "redução de juros impacta o Brasil de forma muito virtuosa." O CEO da Porto Seguro, no entanto, chama a atenção para variáveis que trazem preocupações. As mudanças climáticas, por exemplo, se mostram um dos principais fatores de incertezas. "Olhando o lado climático tem uma luz amarela", diz. "No ano passado, o mercado sofreu com as enchentes em fevereiro.

Estamos acompanhando de perto essa situação do clima com estudos e contato com órgãos especializados. É uma preocupação que vem aumentando." Na visão de Crisanaz, da Generali, "o tema de fenômenos climáticos preocupa", porque têm sido vistas diversas situações fora do padrão, caso

das recentes chuvas no Rio e em São Paulo". De acordo com o executivo, "apesar do aumento da frequência de eventos, o cenário alimenta a ideia de que é necessário ter uma cobertura".

O presidente da CNseg reforça a percepção das empresas. "O tema de mudança climática tem sido objeto permanente de preocupação da indústria de seguros no mundo inteiro". Para o dirigente, uma questão importante se refere às mudanças de padrões históricos. "Os modelos que o setor usa [para avaliar os riscos] são "baseados em dados históricos e a mudança climática quebra o comportamento histórico. Em certa medida, a capacidade de se prever riscos climáticos diminuiu nos últimos anos." A CNseg apresentou em outubro do ano passado a proposta de criação de um seguro para catástrofes no Brasil. A entidade propôs um substitutivo ao projeto de lei 1.410/22 da deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP), que já está em tramitação na Câmara dos Deputados. A confederação sugeriu a implementação de uma espécie de seguro social, financiado por uma taxa de R\$ 2 cobrada nas contas de energia.

O projeto prevê pagamento quase imediato de indenização às vítimas de catástrofes, como inundações e deslizamentos. Um valor de até R\$ 15 mil seria creditado aos beneficiários por meio do Pix um dia após o evento. "No Brasil, a cada ano temos tido mais enchentes e inundações e o país nunca está preparado para lidar com essas situações", pondera Oliveira. "É uma forma de as vítimas mais vulneráveis terem proteção financeira diante de uma catástrofe", diz.

Outra iniciativa foi firmada pela CNseg e o ICLEI, associação mundial de governos locais e subnacionais voltada ao desenvolvimento sustentável, no início do ano. O "compromisso se refere ao projeto "Mecanismo de Seguro para Infraestruturas Urbanas". A parceria visa criar um programa de seguros de suporte a municípios em caso de desastres climáticos.

O projeto contará com subsídio do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) e será implementado inicialmente em Belo Horizonte (MG), Recife (PE) e Salvador (BA). "Esses seguros vão garantir a infraestrutura de municípios, além de prédios públicos, estradas, pontes e outras estruturas", afirma Oliveira.

"As mudanças climáticas quebram modelos históricos de análise e diminuem a capacidade de previsão de riscos" Dyogo Oliveira

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187772>

Wall Street oscila com foco em balanços e projeções de lucro

Gabriel Caldeira, Eduardo Magossi e Igor Sodré De São Paulo

Em mais um dia de agenda econômica sem direcionadores para os investidores em Wall Street, o foco ficou sobre balanços de grandes empresas americanas do quarto trimestre que foram divulgados ontem.

O índice Dow Jones recuou 0,25%, a 37.905,45 pontos, pressionado pela ação da 3M, que despencou 11%. Embora a companhia tenha apresentado resultados melhores do que os analistas de mercado esperavam, as projeções para 2024 decepcionaram os investidores.

O S P 500, por sua vez, fechou em alta de 0,29%, a 4.864,60 pontos, apoiado pela Verizon e United Airlines, cujos balanços agradaram, levando as ações a ganhos de 6,7% e 5,3%, respectivamente, ao fim do pregão.

Por fim, o índice Nasdaq avançou 0,43%, a 15.425,94 pontos, mesmo após o tombo de 11,54% dos papéis da Logitech. A fabricante de periféricos para computador registrou uma queda na receita trimestral e previu um recuo de 6% a 7% do volume de vendas no ano fiscal de 2024.

No mercado de renda fixa, o compasso ainda é de espera por indicadores econômicos que devem balizar as expectativas para a política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) antes da próxima reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês).

Na quinta-feira, o mercado conhecerá os resultados do Produto Interno Bruto (**PIB**) americano do quarto trimestre. No dia seguinte, o foco ficará sobre a leitura de dezembro do índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês), medida utilizada pelo Fed para basear o cumprimento de sua meta de inflação.

Para os analistas da LCA Consultores, o ajuste das expectativas do mercado quanto ao ciclo de corte de juros ocorre mediante um menor otimismo acerca da narrativa de "pouso suave" da economia americana, que consiste na desaceleração gradual da atividade econômica junto também de um comportamento

benigno da inflação.

"O quadro econômico americano - marcado por resiliência do consumo, mercado de trabalho ainda fortalecido e inflação correndo algo acima das metas - continua a suscitar certa cautela na condução da política monetária no curto prazo", diz a consultoria, que ainda mantém o seu cenário-base de "pouso suave" para a economia global.

Além da expectativa pelos dados, os Treasuries reagiram a um leilão de T-notes de 2 anos que foi bem recebido pelos investidores, apesar de uma demanda que ficou abaixo da média recente, de acordo com um levantamento do BMO Capital Markets. O rendimento do título terminou a sessão em queda para 4,368%, de 4,381% no ajuste anterior.

Já a taxa da T-note de 10 anos subiu a 4,138% e a do T-bond de 30 anos avançou para 4,367%.

Para Ian Lyngen e Ben Jeffery, analistas de renda fixa do BMO, o mercado financeiro está contente em apenas esperar por mais fundamentos macroeconômicos antes de realizar um movimento mais firme.

Mercado de renda fixa mantém compasso de espera por dados econômicos que devem balizar as expectativas para a política monetária

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187772>